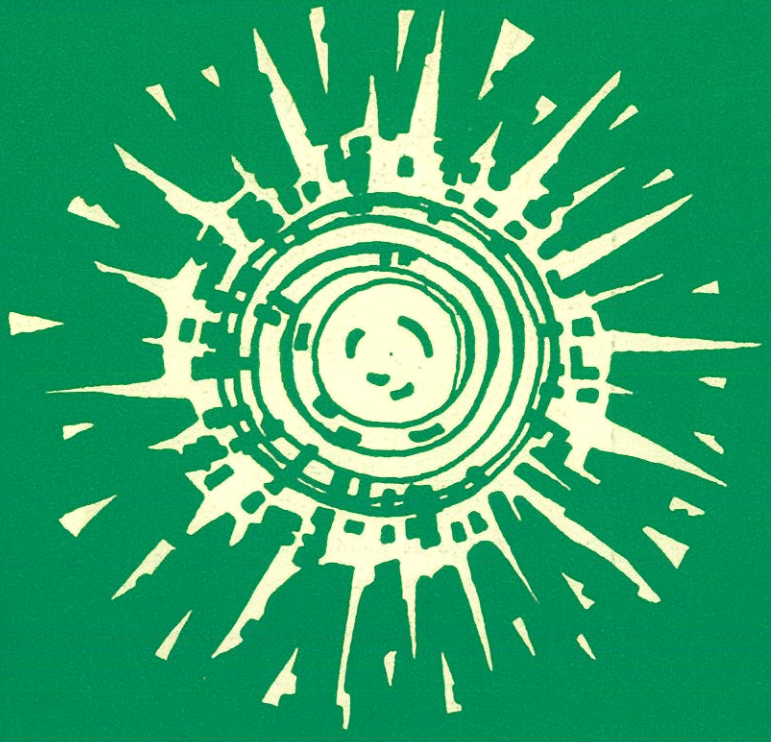


novellae olivarum

ANO XVII — N.º 173
NOVEMBRO — 1960

DIRECTOR
Luís Moita

•

REDACTORES
António Pinto Ribeiro
João Núncio

•

ADMINISTRADORES
Francisco Duarte
Samuel Saúl

•

EDITOR
Joaquim Calheiros

APROV. ECLES.

ASSINATURA

ANUAL ... ... 25$00
À COBRANÇA ... ... 29$00
Seminários ... ... 20$00
AVULSO ... ... 3$50

COMPOSIÇÃO e IMPRESSÃO DA **UNIÃO GRÁFICA** (Lisboa)

NOVELLÆ OLIVARUM

Revista dos alunos do Seminário dos Olivais

Sumário

O Novo Código de Rubricas

P. José C. Ferreira 185

Para penetrar no recente documento sobre as rubricas é necessário, além de lhe conhecer as determinações positivas, procurar entrever as suas perspectivas que fàcilmente levam à compreensão do seu carácter eminentemente pragmático, a que não falta, no entanto, profundo alcance doutrinário e pastoral.

Catolicidade da Igreja e dinamismo missionário

P. J. A. de Sousa 193

Fora da Igreja não há salvação e por isso a caridade leva os cristãos a implantarem visìvelmente a Igreja no meio de todos os homens — é isso a essência da acção missionária.

Caracterologia — Os apaixonados

António Serrão 199

Depois da análise das propriedades características dos apaixonados, alguns problemas mais concretos — os problemas pedagógicos que eles levantam, sobretudo à família e à escola.

O problema do Pseudo-Tomé

J. Calheiros 207

Estudo dum dos mais interessantes evangelhos apócrifos, atribuído a S. Tomé. Análise comparativa das frases lá contidas postas na boca do Senhor com aquelas que os Evangelhos canónicos e outras fontes nos transmitem.

Panorama

Uma voz se eleva na tormenta 216
VI Encontro de cinema 223

SUPLEMENTO

S. Atanásio: A Incarnação Redentora 5-8

O NOVO CÓDIGO DE RUBRICAS

Vai entrar em vigor, no próximo dia 1 de Janeiro nova codificação das rubricas do Missal e do Breviário Romano, publicada pela primeira vez, no órgão oficial da Santa Sé, *Acta Apostolicae Sedis*, no seu número de 15 de Agosto do corrente ano de 1960 (pp. 593-740).

O corpo do longo documento, de 530 números, vem seguido do *Calendário* reformado, duma *Tabela dos dias litúrgicos*, do elenco das *Modificações* a fazer, em consequência das novas rubricas, no Breviário e no Missal e ainda no Martirológio e duma *Declaração* em que são dadas especiais regras a observar na ordenação dos calendários particulares. Seguem-se, finalmente, certas *Normas* dirigidas aos editores dos livros litúrgicos. Tanto o novo código de rubricas como este último documento emanam da Sagrada Congregação dos Ritos donde vêm datados de 26 de Julho de 1960.

No dia anterior, 25 de Julho, S. S. o Papa João XXIII publicou o *Motu Proprio* «*Rubricarum instructum*» em que aprovava o novo código de rubricas. É com este *Motu Proprio* que abre o fascículo onde se publica o novo código, seguindo-se-lhe imediatamente, já com a data de 26, um *Decreto Geral* da S. C. dos Ritos com a sua promulgação (1).

O QUE É O NOVO CÓDIGO DE RUBRICAS

O aparecimento do novo código pode levar a crer que nele se trate de novo grande estádio da reforma litúrgica, tão auspiciosamente empreendida, em nossos dias, por Pio XII, de saudosa memória. No entanto, o novo código não é tanto uma reforma como a codificação das reformas sucessivas que têm vindo alterar, desde o concílio de Trento, a ordenação da Sagrada Liturgia estabelecida depois daquele concílio.

Os livros litúrgicos, que então foram profundamente refundidos, têm trazido até ao presente, logo no início, a secção intitulada *Rubricae generales*, na qual se dá a ordenação de cada uma das celebrações previstas nesse livro. E assim também para o Missal e para o Breviário.

---

(1) A mesma S. C. dos Ritos fez sair da Tipografia Poliglota do Vaticano uma separata da A. A. S. com todos estes documentos, acompnhados dum índice analítico, por assuntos, que muito facilita a sua consulta.

Depois de Trento foi o pontificado de S. Pio X, já neste século, que de novo, e por novas razões, voltou a uma profunda reforma, que inaugurou a que em nossos dias vai felizmente prosseguindo.

Ora a reforma de S. Pio X modificava e contradizia naturalmente, em muita coisa, as rubricas anteriormente em vigor. No entanto, os livros litúrgicos, em lugar de cotejarem uma com a outra as duas ordens de rubricas, e delas fazerem uma única redacção, limitaram-se a acrescentar, ao antigo capítulo das rubricas antigas, o das novas rubricas, numa secção intitulada *Additiones et Variationes*. Os livros litúrgicos ficaram assim mais enriquecidos como fonte de informação documental em matéria de rubricas, mas quem agora quisesse orientar-se na celebração da Missa ou na recitação do Ofício Divino teria de ler primeiro as rubricas antigas, corrigi-las em seguida com a leitura das novas e fazer por si o apuramento final. Assim andaram o Breviário e o Missal Romano até ao pontificado de Pio XII.

Em 1951 surge a reforma da *Vigília Pascal;* em 55 a reforma de toda a *Semana Santa,* que refundia profundamente a mais importante época do ano, provocando assim enorme contraste entre a Liturgia dessa Semana e de todas as demais. Nesse mesmo ano, e alguns meses mais cedo, aparece o decreto de *Simplificação das rubricas,* que em tão poucas linhas, tão profunda modificação havia de ocasionar em toda a ordenação do Ofício e do Calendário.

Não deixou, nesta altura, de provocar estranheza, a indicação no sentido de que as novas alterações não deviam ser introduzidas nos livros litúrgicos. Desta sorte andámos durante cinco anos rezando o Ofício divino diferentemente do que as rubricas do Breviário preceituavam. Situação anómala, que só por si claramente significava que para breve se deveria esperar nova apresentação dessas mesmas rubricas.

E aí vem agora a presente codificação, que, na sua maior parte, outra coisa não é senão a formulação, *numa redacção única,* de todas as rubricas do Breviário e da Missa, anteriormente aparecidas, desde o século XVI até às últimas de Pio XII. O novo documento não é, portanto, primàriamente uma nova reforma litúrgica, muito menos a primeira fase duma possível futura reforma a realizar pelo Concílio, em maior escala, mas antes o resumo, *no que respeita às respectivas rubricas,* das reformas anteriores.

O QUE HÁ DE NOVO NO CÓDIGO DE RUBRICAS

Ao que fica dito, é preciso, no entanto, acrescentar que algumas alterações foram introduzidas pelo novo documento. Estas são fundamentalmente: certa *reforma do Calendário, nova classificação dos dias litúrgicos,* extensão a todo o ano de várias *modificações já introduzidas na Semana Santa* e certa simplificação no *Ofício divino.*

A) *O Calendário*

O *Calendário,* principalmente no Santoral, é uma das partes dos livros litúrgicos mais significativos de que a vida da Igreja, neste mundo, se insere no tempo e por ele mede a sua existência entre os homens. O Calendá-

rio é acrescentado, deminuído, modificado, conforme os tempos e a história dos homens e até consoante o seu sentir e a sua compreensão do que a Liturgia é e de como deve ser celebrada.

Apenas um rápido olhar sobre o problema. É evidente que a estrutura fundamental do ciclo litúrgico é o Temporal; a bem dizer, este é o único *ciclo*, porque é ele que dá estrutura a todo o *ano* litúrgico. O seu centro de interesse é o mistério de Cristo, o mistério da salvação. Os santos *ocorrem* ao longo do ano, segundo o providencial ritmo por que o Senhor os vai chamando a Si; e outrora eles eram celebrados sòmente no *lugar* que estava ligado a cada um deles, e primitivamente, no lugar onde se encontra o seu corpo ou, ao menos, alguma relíquia sua.

Quando foi da reforma tridentina, S. Pio V reduziu o número das festas dos santos, que então superabundavam, com ordem expressa de que não deviam ser aumentadas. O poder dos homens, porém, mesmo o dos Papas, não lhes consegue ultrapassar os dias da vida, e no tempo de seus próximos sucessores, o Santoral foi tão desmesuradamente acrescentado, que quase só os dias do ano lhe limitavam a extensão. Este acréscimo foi não só em número, senão também, e esse foi o pior mal, em direito de precedência, de sorte que os Ofícios do Santoral, grande número deles de rito preponderante, de tal maneira dominavam sobre os do Temporal, que os domingos quase se não celebravam, os Ofícios do comum repetiam-se com demasiada frequência, os salmos, por isso mesmo, pouco variavam, a ponto de alguém poder afirmar, com graça e não sem verdade: «na harpa de David há cordas ferrugentas de tão pouco usadas, e outras a partir de tão gastas que andam».

Foi a este lamentável estado de coisas que procurou obviar, em parte, a reforma de S. Pio X, depois a de Pio XII e finalmente..., se finalmente já, a do novo Calendário. Esta última, como aliás a anterior, não consiste tanto na supressão das festas do Santoral (algumas, no entanto, são suprimidas), como na simplificação do seu rito e na formulação de novos princípios de precedência de sorte a permitir que o Santoral não afogue debaixo de si o Temporal, sobretudo no que diz respeito aos domingos e férias mais importantes.

Desta sorte, pelo novo código de rubricas:

a) todos os *dias litúrgicos* (2), seja qual for a sua natureza, e até as missas votivas e de defuntos, são distribuídos por quatro classes, que naturalmente têm preferência umas sobre as outras, a superior sobre a inferior (salvo um caso) (3), e dentro da mesma classe, o Temporal sobre o Santoral (excepto num caso também) (4).

---

(2) *Dia litúrgico* é o nome introduzido para significar «o dia santificado pelas acções litúrgicas, especialmente pelo Sacrifício eucarístico e pela oração pública da Igreja, isto é, o Ofício divino; e decorre de meia noite a meia noite» (n. 4). De sua *natureza*, qualquer destes dias é domingo, féria, vigília, festa, ou oitava (n. 6).

(3) A Comemoração de todos os Fiéis Defuntos, de I classe, cede ao domingo em que ocorrer, embora este seja de II classe.

(4) A Festa da Imaculada Conceição, de I classe mas do Santoral, prefere ao II domingo do Advento de I classe também, embora do ciclo Temporal. Fica assim sem efeito a experiência encetada pelo decreto da simplificação das rubricas de 1955, que, no caso desta festa ocorrer no domingo, a fazia passar para o dia 9, como sucedeu em 1957, sendo então permitidas Missas da festa no domingo cujo Ofício se rezava. Solução anómala, que agora fica, ao menos neste aspecto, lògicamente resolvida.

b) os *domingos*, sendo todos de I ou II classe, não mais poderão ser vencidos por qualquer festa (5), a não ser os de II classe por uma festa de I classe.

c) as férias das *Têmporas* e as da segunda parte do Advento (do dia 17 ao dia 23) passam a ser de II classe, e não mais celebradas facultativamente, mas obrigatòriamente, se não ocorrer alguma festa de classe superior; as férias da Quaresma, de III classe, preferirão, obrigatòriamente também, sobre as festas da mesma classe (6).

Desta sorte, o velho fundo do Temporal, e em particular todas estas importantes férias, algumas delas sempre esquecidas, como as das Têmporas de Setembro, surgem incorruptas do fundo dos tempos onde jazeram sepultadas, mostrando assim que o oiro se não deixa fàcilmente corroer.

d) as *festas*, que eram desdobramento de outras, foram suprimidas (*Var. 8*) em benefício da principal, como:

— a da Cátedra de S. Pedro em Roma (18 de Jan.), que, ao lado da festa da Cátedra de S. Pedro em Antioquia (22 de Fev.), poderia fazer acreditar que o Príncipe dos Apóstolos tivesse duas Cátedras. Com efeito, a designação *em Roma* e *em Antioquia* é recente, e serviu apenas para justificar a dupla festa da mesma realidade: a *festa episcopal* do primeiro dos Bispos e Pastor de todo o rebanho;

— a da *Invenção da Santa Cruz* (3 de Maio), que igualmente não passa de duplicação da festa da Santa Cruz de Setembro (14).

Quanto a esta solenidade da Santa Cruz (3 de Maio), dada a maneira como ela penetrou no meio cristão em Portugal e a ligação de certos eventos famosos da nossa história com este dia, como os que se relacionam com a Terra da Vera Cruz, o Brasil, não pareceria fora de propósito considerar a possibilidade de apresentar à Santa Sé o pedido de ela ser conservada no calendário próprio de Portugal.

— mais outras 7, das quais a de S. Leão II (3 de Julho) não foi, na origem, senão uma *segunda* festa de S. Leão I, cuja rubrica *S. Leonis secundo*, mal lida, deu *S. Leonis secundi*, personagem, por certo, de muita santidade, mas de pontificado muito breve e sem especial relevo. Em seu lugar foi reposta a festa de S. Ireneu, deixando assim livre, como era lógico e justo, o dia 28 de Junho, vigília dos santos Apóstolos.

Digna de menção ainda a inscrição no Calendário da *Festa do Baptismo* do Senhor, no dia outrora oitavo da Epifania (13 de Janeiro). Assim é posta, no seu justo lugar, a celebração dum mistério importante da vida do Salvador, que a santa Igreja, no Oriente, sempre celebrou com tanto relevo e que no Ocidente se encontrava no mistério global da festa das *Manifestações* ou Epifania de Cristo, mas que, por isso mesmo, tão despercebida passava aos olhos de toda a comunidade cristã.

No mesmo espírito de restauração do ciclo cristológico, a festa do dia 2

---

(5) Cfr. nota anterior.

(6) Ao contrário, as férias da primeira parte do Advento (até ao dia 16), que são igualmente de III classe, não preferem às festas ocorrentes, de III classe. Neste caso parece que o Temporal cede, mas a explicação deve estar em que estas últimas férias não têm missa própria como a tem a Quaresma, para não falar já da importância naturalmente maior das férias quaresmais.

de Fevereiro vai receber, no Breviário, em subtítulo, a rubrica seguinte: *A festa da Purificação da Virgem Santa Maria é tida como festa do Senhor.*

Mais uma confirmação do que acima fica escrito, que o ciclo anual é, na realidade, um só, o ciclo cristológico, e a distinção, nos livros litúrgicos, entre ele e o Santoral, tem apenas, como única explicação, facilitar a sua apresentação nesses mesmos livros.

B) *Nova classificação dos dias litúrgicos*

A propósito do Calendário, adiantámos já algumas ideias sobre *a nova classificação dos dias litúrgicos.*

São estabelecidas quatro classes para todos eles, o que é forma feliz e simples de ordenar o Ofício em cada dia. Basta confrontar a classe de um dia com a de outro para concluir qual deles deve ser preferido.

Com este processo de classificação de todos os dias em classes, foi definitivamente abolida a antiga nomenclatura de *duples, semiduples e simples* (7). Os termos, na verdade, já há muito que tinham deixado de ter qualquer significação.

O código insere (n. 91) uma *Tabela dos dias litúrgicos segundo a ordem de precedência,* única regra agora em vigor, para estabelecer a precedência de qualquer dia, seja qual for a sua natureza.

C) *Modificações já introduzidas na Semana Santa*

As modificações introduzidas pela reforma da Semana Santa pediam naturalmente a sua extensão a todo o ano. Foi o que agora fez a nova codificação das rubricas. Assim nos encontramos com certo número de modificações, que, uma vez mais, não são pròpriamente reformas, mas a extensão a todo o ano de reformas já anteriormente existentes, embora previstas para alguns dias apenas.

Apontamos algumas dessas modificações:

1. Omite-se o salmo *Judica me* na Missa, nos dias em que esta é precedida de *determinados* actos litúrgicos, previstos para esse momento (n. 424; *Cfr. O. H. S., Dom. II Pass. n. 2; Vig. pasch. Miss. n. 1*).

2. O celebrante nas Missas *in cantu* (solenes ou cantadas) não lê as *leituras* (lições, epístola e evangelho) que são lidas pelo respectivo leitor (leitor, subdiácono ou diácono, como é lógico; o contrário seria até anómalo e prejudicial (n. 473; Cf. *O. H. S., Instr. n.º 6*).

3. Omite-se o *Confiteor* e a subsequente absolvição antes da Comunhão na Missa (n. 503, cfr. *O. H. S. Fer. V Mis. in Cena Dñi n. 29*).

4. O *Ite, missa est* é substituído pelo *Benedicamus Domino* sempre que a

(7) *Duples* dizia-se outrora dos dias que, além do Ofcio do Temporal (domingo ou féria), normal em cada dia, recebiam um segundo Ofício de alguma festa que porventura nesse mesmo dia ocorresse. O Ofício era então *duplo,* em oposição a *simples,* quando único. Não se vê muito bem que sentido pudesse ter o termo intermédio *semiduples;* este rito já tinha sido suprimido pelo decreto de 1955, embora o termo continuasse ainda a figurar nos livros litúrgicos.

Missa é imediatamente seguida de *certos* actos litúrgicos, pois, nestes casos, não seria razoável declarar terminada uma reunião que, na realidade, deve continuar (n. 507; cfr. *O. H. S. Fer. V Mis. in Cena Dñi. n. 35*).

5. O *último Evangelho* omite-se em *certos* casos em que a Missa é igualmente seguida doutro acto litúrgico, o que vem uma vez mais esclarecer que a sua leitura não é uma proclamação pública da Palavra, «não é uma leitura com fim didático, mas uma devoção» (8) pessoal do celebrante, à guisa de acção de graças (n. 510; cfr. *O. H. S. Dom. II Pass. n. 18, Fer. V Miss. Chrism. n. 18 e Miss. Vesp. n.º 36; Vig. pasch. Miss. n. 10*).

6. O diácono e subdiácono, nunca mais usarão as *casulas plicadas*, com que inùtilmente se continuava a lembrança do tempo em que todos os ministros superiores usaram casula, que, no entanto, *dobravam* ou *plicavam*, para lhes facilitar os movimentos, pois que eram muito amplas; da mesma sorte o diácono não usará mais o impròpriamente chamado «estolão», que não era mais que a sua dita casula ainda *mais plicada* durante o tempo em que precisava de estar mais livre para os diversos movimentos requeridos pela celebração.

D) *O Breviário*

No Breviário a modificação mais importante é a sofrida pela hora de *Matinas*.

De oravante, só nas *festas* (não nos domingos ou férias) de I e II classe Matinas terá três Nocturnos; nos domingos, férias, vigílias, e festas de III classe, apenas um Nocturno de nove salmos e três leituras. Nas *festas dos santos* estende-se, deste modo, a toda a III classe (os antigos duples maiores, menores, semiduples e alguns simples) o critério outrora aplicado sòmente aos simples, um só Nocturno.

Nas *férias* manteve-se o critério tradicional de um só Nocturno.

Aos *domingos*, aplicou-se, pela primeira vez, este mesmo critério, um só Nocturno. Houve aqui evidentemente a intenção de libertar um pouco o dia mais sobrecarregado da semana para a maior parte dos sacerdotes. De maneira nenhuma daqui se deve inferir, do confronto da situação actual do ofício dominical comparado, por exemplo, com o das festas de II classe, que este é mais solene ou mais importante do que aquele. A solução é absolutamente pragmática e não é exclusivamente sobre a actual situação que pode fundamentar-se um estudo sobre o sentido de cada dia litúrgico, mas antes na observação das constantes de toda a tradição até ao presente.

A propósito do caso das matinas permita-se-nos uma pequena divagação:

As matinas continuam, não necessàriamente na sua estrutura actual, mas no que representam como oração nocturna, a antiga *Vigília* ou seja a maior celebração da comunidade, feita durante a noite, preparando a celebração matinal da Eucaristia. Esta vigília era de regra, para a comunidade em geral, ao domingo, isto é, na noite do sábado para o domingo — vigília dominical — e, fora do ritmo semanal, nas festas dos mártires, sobre os seus túmulos — vigília cemiterial. Nos outros dias, nas férias da semana, a vigília não era habitual-

(8) Card. Lercaro, in *A Messa, figlioli!* p. 54.

mente celebrada a não ser pelos monges que faziam da oração a principal ocupação da sua vida.

Aquela vigília dominical era, portanto, de importância superior e, por consequência, a sua celebração representava a forma normal da vigília solene.

A vigília das festas dos mártires e, posteriormente, a vigília de todas as festas em geral, conformou-se sempre à vigília dominical; *nas festas*, portanto, a vigília é *como ao domingo*. Até ao presente documento, a forma desta vigília são os seus três nocturnos.

Nas férias da semana, ao contrário, a vigília tem um carácter mais simples, e consequentemente mais reduzido, um só Nocturno. Este esquema mais reduzido, próprio dos dias que não o domingo, foi adoptado igualmente para as festas mais simples.

A solução actual institue precisamente uma ordenação ao invés: o domingo é que é agora equiparado às férias e festas menores, com um Nocturno único, enquanto que as festas maiores (I e II classe) continuam a antiga tradição própria do domingo, três Nocturnos. Trata-se, como já foi dito, de uma solução prática. Os tempos mudam e nós temos de mudar com eles!

Para compor o Nocturno dominical foi preciso fazer um arranjo de compromisso a partir dos antigos três Nocturnos. É solução de emergência, como fàcilmente se pode observar, e tudo leva a crer que a futura reforma do Concílio incida sobre este ponto de maneira mais radical.

Outras várias pequenas remodelações se fizeram noutras partes do Ofício divino, a que não podemos agora aludir.

Apontemos uma apenas, a substituição na recitação *a solo*, da saudação *Dominus vobiscum* pelo versículo deprecativo *Domine, exaudi orationem meam*. É evidente que isto não vem afirmar, nem de longe, que a oração do Ofício divino, feita por um só, não é oração da Igreja toda, como aliás o invitatório seguinte imediatamente afirma: *oremus;* o sujeito é nós. Antes a sua supressão na recitação *a solo* confirma que a celebração litúrgica pressupõe, de si, a *presença* da comunidade.

Todas estas modificações não reformam pròpriamente o Ofício divino, porque lhe mantém a mesma estrutura, como expressamente se diz ao enumerarem-se as Horas canónicas do Breviário (n. 138). A esperada reforma, essa será então obra do Concílio, certamente mais próxima dalguma das várias soluções já apontadas como possíveis, entre elas a do Em.mo Cardeal Lercaro, no I Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica, em Assis, no ano de 1956 (9).

O mesmo se poderá esperar para o Missal, a propósito do qual vários planos têm sido já apresentados.

CONCLUSÃO

No entanto, mais do que a maneira positiva que é apontada para as celebrações litúrgicas, é preciso apanhar-lhes o sentido profundo e a razão destas adaptações. A Santa Igreja quer que os actos litúrgicos não deixam de ser — o que seriam eles se o deixassem de ser? — o que são na sua origem e finalidade:

(9) Card. Lercaro, in La Maison-Dieu, n. 47-48, p. 297, principalmente 308-312.

a oração da comunidade cristã, cada um com o seu carácter próprio, evidentemente. «Reformar significa «adaptar», e «adaptar» é «tornar mais apto» à finalidade. «Reformar» é ainda «voltar à forma», e, em Liturgia, será procurar na Tradição viva da Igreja do passado a solução adequada para os tempos do presente.

«Reformar» não é necessàriamente «abreviar»; mas, insistimos, «adaptar», o que poderá exigir abreviação. Será possìvelmente o caso para as Horas canónicas do Breviário. A sua distribuição ao longo do dia e da noite (!), como a sua própria natureza pede e o novo código relembra, (n. 142), de maneira nenhuma se acomoda à vida do padre diocesano de hoje. Daí a solução apresentada pelo Card. Lercaro e por outros.

Mas o padre diocesano tem, hoje como sempre, necessidade de oração e do contacto com a Sagrada Escritura e com a Tradição, fontes sempre primárias da sua acção pastoral; a Missa nunca poderá reduzir-se ao tempo estrictamente necessário para realizar o Mistério eucarístico. Este realiza-se no «instante divino» que está fora do tempo; mas é preciso que as acções humanas, (e a Liturgia é igualmente uma acção humana), se façam no ritmo humano do tempo. Por isso, reformar é trabalho muito mais difícil que simplesmente encurtar. Cremos que o estado actual das reformas litúrgicas, (se exceptuarmos, *em parte sòmente*, a da Semana Santa), reformam apenas por alto. S. S. o Papa promete no seu *Motu proprio* deixar para o Concílio o cuidado de lhes estudar os princípios mais profundos, *altiora principia*.

Com todo este incremento que a Sagrada Liturgia vai tomando, *não mais* se poderá olhar para as normas da Santa Sé, como para um código de proibições, a manter-nos, materialmente, dentro de certas talas proibitivas. Se em certo tempo os decretos pareciam realmente feitos *para proibir*, hoje em dia, sobretudo depois do aparecimento do *Ordo* da Semana Santa e da Instrução de 1958, é preciso ver nas normas da S. Sé, antes uma *orientação* a seguir, mais, uma *ordem* a cumprir, e não apenas — seria matar a vida — a lista do que se não pode fazer. Passou o tempo de ter como compêndio de Liturgia a «Colecção autêntica dos Decretos da S. C. dos Ritos», sobretudo se nela se não incluírem os do nosso tempo e se não for acompanhada dos outros documentos emanados dos Sumos Pontífices e do Episcopado.

Padre José Ferreira

CATOLICIDADE DA IGREJA E DINAMISMO MISSIONÁRIO

Algumas sugestões para uma teologia da vida missionária da Igreja

A constante actividade missionária da Igreja ao longo da sua história não é mais que o esforço de realização da sua catolicidade estrutural ou constitutiva. A Igreja sente que o seu destino é atingir todos os homens com tudo o que é humano, para os incorporar na comunidade dos eleitos. Ora é esta vocação universal que constitui a genuina catolicidade da Igreja, segundo a «missão» recebida de Cristo: «ide e pregai a todas as gentes» (Mat. XXVIII, 18).

A teologia da vida missionária da Igreja coincide portanto com o estudo de um dos aspectos da actividade eclesial. Não é pois de admirar que tanto a missionação cristã como a catolicidade da Igreja encontrem a sua última razão de ser no mistério das «missões divinas» à humanidade: a missão do Verbo na Incarnação para fundar a Igreja, e a missão do Espírito Santo no Pentecostes para fecundar a actividade apostólica da mesma Igreja.

Como, porém, a missão do Espírito Santo está dependente da missão do Verbo, pode e deve dizer-se que o primeiro «missionário» é Cristo. Ele é o missionário por antonomásia, porque é o *enviado* do Pai com a *missão* de nos salvar (recordar que «missão» e «missionário», termos derivados do verbo «mittere» = enviar, são os equivalentes latinos dos vocábulos de origem grega «apostolado» e «apóstolo»).

Cristo é «missionário» ou «apóstolo» pela Incarnação em favor de toda a humanidade. Mas a sua «missão» não findou com o regresso ao Pai na Ascensão. Enviado para a todos salvar, Cristo incumbiu a sua Igreja de continuar essa «missão» de levar aos homens de todos os tempos e lugares os bens da salvação, merecidos pelo Sacrifício redentor do Calvário.

E assim a Igreja é essencialmente missionária, porque também ela foi *enviada* por Cristo em ordem à formação do Corpo Místico em todos os povos da terra. O mistério da Igreja encontra aqui um dos seus aspectos mais transcendentes: Cristo lança a Sua Igreja nas incertezas do tempo e do espaço, com a incumbência de dar testemunho do Seu Nome por toda a parte e até à consumação dos séculos (cfr. Act. I, 8, Mat. XXVIII, 20). Vida de missão, vida de conquista, vida de inquietação apostólica, — eis o destino que Jesus escolheu para a Sua Igreja, em virtude de lhe atribuir uma vocação de catolicidade.

A Igreja é «apostólica» na medida em que é «católica», Deus «envia-a» contìnuamente ao mundo para ser meio de salvação para todos.

Ser católico significa portanto possuir vocação de «missionário» ou de «apóstolo». O cristão deve sentir-se plenamente integrado numa Igreja que é essencialmente apostólica para realizar a sua vocação de catolicidade. Todos na Igreja estão portanto interessados na actividade missionária, embora dentre os cristãos surjam alguns que por inspiração divina se dedicam totalmente à missionação, merecendo por isso o qualificativo específico de «missionários».

Princípio determinante da actividade missionária: a caridade

Lê-se no Evangelho que de tal modo amou Deus o mundo que lhe enviou o Seu Filho (Jo. III, 16). Foi por amor que Deus nos mandou o Salvador e nos concedeu o dom do Espírito Santo. Na base de toda a economia da salvação, concretizada no mistério da Igreja, está o amor misericordioso do Pai Celeste que não hesitou em nos mandar Seu Filho como Redentor. Mas assim como o Amor Divino foi o princípio da missão do Verbo e do Espírito Santo, assim também a virtude teologal da caridade constitui o princípio da vida missionária da Igreja. A missionação tem por motivo formal a razão que em última análise comanda toda a actividade da Igreja: a caridade.

Se todo o amor tende a comunicar-se, muito mais a sua forma cristã, que é a caridade divina difundida em nossos corações pelo Espírito Santo (Rom. V, 5). Neste sentido dizia S. Paulo: a caridade de Cristo impele-nos para a evangelização (cfr. II Cor. V, 14). Conforme faz notar o P. Montcheuil, a caridade existe na medida em que implica a vontade de comunicarmos por toda a parte as nossas riquezas espirituais (cfr. *Aspects, de l'Eglise,* — Paris, 1951, p. 158-159).

O dinamismo missionário da Igreja está na proporção directa do seu fervor de caridade, sendo-lhe tão necessário missionar como lhe é imprescindível viver da caridade.

Haja porém o cuidado de advertir que esta tendência da caridade cristã para a evangelização nada tem que ver com o «carácter contagioso» de certas convicções mais enraizadas no espírito, como são as de ordem religiosa. Poderá haver quem pense que a actividade missionária é uma consequência fatal e instintiva da convicção religiosa, só porque esta não pode deixar de constituir uma autêntica «ideia-força».

Mas a hipótese não tem qualquer consistência. A comprová-lo, aduziremos com o P. Charles um duplo argumento, um de ordem histórica e outro de ordem psicológica. Em primeiro lugar, consta da história que muitas religiões, apesar de os seus adeptos estarem dominados por elas até ao fanatismo, nada têm de comparável a um verdadeiro impulso missionário; algumas outras, se parecem mais missionárias, foi apenas a meias e por períodos, sem ritmo lógico. Em segundo lugar, torna-se manifesto, do ponto de vista psicológico, que nem todas as convicções serão expansivas por natureza. Basta que se tenha consciência da sua própria limitação de espírito, da sua fraqueza e do seu pecado, para que se sinta a imperiosa necessidade de uma grande reserva no trato com os outros, evitando muito prudentemente manifestar as convicções pessoais (cfr. *Les Dossiers de l'Action Missionnaire,* 2.ª ed., vol. I, pg. 19-20).

Observa também o P. Charles que não basta recorrer à necessidade da obediência ao preceito de Cristo: «ide e ensinai», para explicar o dinamismo misionário da Igreja, porquanto um preceito supõe sempre uma última razão a justificá-lo. Esta última razão é a caridade divina (op. cit., p. 21-22).

Mas atenda-se também a esta judiciosa rectificação do P. De Lubac: «Fonder le devoir missionaire sur l'idée de charité, est tout autre chose que lui assigner comme unique motif la pitié envers l'infidèle» (*Le fondement théologique des missions*, Paris, 1946, p. 44). Se a actividade missionária se justificasse pelo desejo ou mesmo pelo dever de *salvar almas*, seria ilógico deixar os países cristãos em que os homens também correm o perigo de se condenarem. Nem se poderia distinguir o apostolado em terras cristãs da evangelização em regiões pagãs...

Fim específico da actividade missionária: plantar a Igreja

A obra especìficamente missionária define-se pelo esforço de *plantar a Igreja*, estabelecendo visìvelmente a comunidade cristã com todos os recursos necessários para a sua plena vitalidade.

Assim o ensina Pio XI na encíclica *Rerum Ecclesiae* ao afirmar que o objectivo do trabalho missionário é instituir e estabelecer a Igreja de Cristo em toda a parte. Razão tem pois o P. Charles para escrever: «L'absence de l'Eglise visible, voilá ce qui fait d'un pays une terre de mission. Ce qui y attire le missionnaire, c'est le désir, le besoin d'établir, là où elle n'est pas, l'Eglise visible» (op. cit., p. 24).

Esta presença visível da Igreja comporta dois elementos: *vida sacramental* (e portanto uma igreja e um sacerdote) e *testemunho da vida cristã* (e portanto uma certa penetração do Evangelho nas populações indígenas). O que se pretende com a missionação é conduzir à maioridade os núcleos cristãos nos vários territórios que vão sendo evangelizados, para garantir a sua vitalidade com os recursos locais, dentre os quais sobressai o clero *indígena*. Importa que todos os povos tenham os seus Bispos e os seus Sacerdotes, não por oportunismo político mas por exigências estruturais da Igreja.

Mas entretanto não vá pensar-se que se estabelece a mínima dissociação entre a urgência de salvar as almas e o cuidado de fundar a Igreja. É que ao mesmo tempo que se prega o Evangelho para lançar os fundamentos visíveis da comunidade cristã, apresenta-se às almas a luz da Palavra divina com a qual se podem salvar. Ora é imperioso reconhecer que a salvação dos indivíduos ficará mais assegurada desde que encontrem enquadrados num ambiente de cristandade já formada com elementos autónomos. Nem se esqueça que o estabelecimento da comunidade cristã em «forma indígena» é condição de capital importância para se conseguir a conversão de tantos espíritos eivados de preconceitos contra os missionários estrangeiros.

O encontro da Fé com as civilizações

A Igreja deve plantar-se num mundo concreto, num abiente marcado com determinados elementos sociológicos: características raciais, culturais, religiosas, etc. Qual deve ser a atitude do cristão perante estas realidades humanas?

Noção de civilização

Pode definir-se «civilização» como sendo o conjunto de valores espirituais e materiais que informam o viver do homem enquanto membro de uma sociedade. Os valores pròpriamente espirituais (intelectuais e morais) constituem o que se denomina «cultura», que está pois para uma civilização como a parte para o todo. Há porém quem defina civilização referindo-se apenas ao grau de progresso técnico dos grupos humanos.

Como quer que seja, há que distinguir acuradamente a Fé cristã das diversas formas da civilização e cultura, porque a vida religiosa é essencialmente independente destes valores humanos. Não se cansam por isso os últimos Pontífices de insistir em que a Igreja não pode identificar-se com nenhuma cultura, embora por força imanente dos princípios cristãos possa e deva informar todas as culturas autênticamente humanas, fazendo passar o espírito do Evangelho para o pensamento e para a sensibilidade dos povos em cujo meio se estabelece (cfr. o discurso de Pio XII sobre a Igreja e a cultura, em 9-III-956).

A Fé informa civilizações, mas não constrói determinado tipo ideal de civilização cristã. Erro seria supor que por exemplo, «civilização ocidental» é sinónimo de «civilização cristã». Não existe «a civilização cristã», a não ser no sentido em que há uma «alma» comum a todas as civilizações que se possam dizer cristãs. É que ao lado de valores *particulares* de cada civilização, pode haver outros *valores universais de civilização,* com sejam alguns princípios do pensamento cristão (conhecimento da existência de Deus, espiritualidade da alma, sentido da responsabilidade moral, da dignidade humana, etc.).

E mesmo para além destes princípios fundamentais da fé cristã, há outros valores puramente humanos que pelo seu carácter universal se tornam de pleno direito património comum da humanidade: *valores de civilização,* que não já apenas de *uma* civilização (certos valores de arte, de filosofia, etc.) Cfr. Journet, *L'Eglise du Verbe Incarné,* II vol., 1951, pg. 1 248-1249).

Suposto pois que Fé e Civilização não se identificam, importa determinar qual deva ser a nossa atitude de espírito para com as diversas civilizações e culturas.

Coordenadas da autêntica «mentalidade» missionária

Segundo o P. Danielou (*Le mystère du salut des nations,* Paris, 1945, p. 44 e sgs), dois devem ser os aspectos complementares de uma autêntica espiritualidade missionária.

Em primeiro lugar, há que recorrer a uma *espiritualidade de incarnação,* antídoto contra a tendência pessimista (com ressaibos de jansenismo) de ver em todos os elementos de cada civilização pagã outros tantos obstáculos à tarefa evangelizadora da Igreja. Esta «espiritualidade de incarnação» vai traduzir-se no esforço de cada missionário por estabelecer o Evangelho nas almas e nas culturas sem destruir iconoclastamente o que nelas houver de realmente bom.

É necessário acolher e assumir todos os valores autênticamente humanos de cada agrupamento étnico, ainda que não possuam valor universal. Tal foi a economia do mistério da Incarnação, e tal foi também o modo de proceder

da Igreja ao «incarnar» no mundo greco-romano, de que tanto aproveitou para a liturgia, para a mística, para a teologia e para a arte.

«Le christianisme s'est enrichi de beaucoup d'apports extérieurs au cours de son dèveloppement; par exemple quand il a pénétré dans le monde hellénistique, il a adopté certaines formules cultuelles qui étaient celles de ce monde, il s'est servi de la philosophie greque ou de l'ordre romain pour exprimer son message. De même, dans la mesure où le christianisme pénetrera dans les Indes, il devra s'incarner dans ce qu'il y a de meilleur dans la civilisation de ce pays. Utiliser par exemple ses méthodes de spiritualité et de recueillement» (op. cit. p. 15-16).

Mas, por outro lado, há que recorrer também a uma *espiritualidade de redenção*, eliminando das várias civilizações tudo o que por ser impuro tem de purificar-se no fogo da renúncia, para evitar o risco de uma tendência demasiado optimista de ver em todas elas uma aspiração e um apelo nado de Cristianismo, como se este fosse apenas seu natural complemento.

Está aqui uma lei fundamental do Cristianismo: morrer para se renascer para Deus.

Também a este respeito fala bem claro o processo da evangelização nos primeiros séculos. A Igreja teve de ser intransigente perante certos aspectos da civilização pagã greco-romana: idolatria, magia, imoralidade, escravatura, etc.

«Il faut comprendre que ce n'est pas uniquement en prolongeant leur ligne que ces âmes iront au Christ mais que c'est en se renonçant, en sachant aimer assez la verité pour savoir reconnaître leurs limites et faire acte d'humilité, appel à Dieu qui seul peut nous faire venir au Christ. En sachant par conséquent avouer leurs tares et aussi les expier» (op. cit. p. 64-65).

Mas todo este esforço de «incarnação» e de «redenção» não é mais que o caminho para a plena «transfiguração» espiritual, ou seja para a deificação pela graça de Cristo (cfr. ibid., p. 66 e 83), embora à maneira própria de cada povo. Grande respeito nos devem merecer portanto todos os valores autênticamente religiosos de cada agrupamento humano, na esperança de que eles venham a constituir futura riqueza para a universal comunidade cristã. «Il y a des aspects du christianisme que nous n'avons pas encore découverts et que nous ne découvrirons que dans la mesure où celui-ci sera refracté à travers toutes les faces du prisme. Il ne s'est réfracté jusqu'à prèsent qu'à travers le monde grec et romain: mais il devra se réfracter dans les facettes chinoises et la facette hindoue, pour trouver à la fin des temps son achévement total, quand non seulement tous les individus, mais toutes les civilisations auront été christianisées». (ib. p. 51).

Exercício de tarefas materiais

Muitas vezes acontece que o missionário tem de se empenhar em tarefas puramente materiais, «civilizando» povos ainda em estado primitivo. Para cristianizar o mundo, a Igreja não hesita em começar pelas bases, formando primeiro o homem, para depois dele fazer o cristão. Nunca porém se deve perder de vista qual o objectivo fundamental da obra missionária; a missão da Igreja é estrictamente espiritual, e por isso os seus ministros só poderão agir em nome dela no domínio temporal na medida em que tal atitude for necessária para

a salvação eterna dos homens. É evidente pois que só a *título provisório* deverá o missionário entregar-se a tarefas temporais.

A sua preocupação principal como sacerdote de Cristo é o estabelecimento da Igreja. A promoção material dos povos deve ser missão específica do *laicado católico*, a quem compete por direito próprio tomar iniciativas em ordem à penetração dos princípios cristãos na esfera temporal, embora sempre sob a direcção da Hierarquia. E o que se diz das reservas do missionário quanto aos aspectos técnicos do progresso humano, aplica-se também ao problema da evolução política dos povos, porque «a Igreja não é uma potência política encarregada de promover uma forma do governo» (*Declaração dos Bispos de Madagascar*, Dezembro 1953). Ainda aqui o papel do missionário como tal consistirá em garantir «o respeito dos valores de ordem natural ou sobrenatural que devem inspirar as iniciativas concretas e técnicas que venham a ser tomadas, sob sua responsabilidade, pelos homens políticos» (A. de Soras, *l'Eglise et l'anticolonialisme*, separata dos «Cahiers d'action religieuse et sociale» p. 48).

A actividade missionária é missão especìficamente sacerdotal; o mesmo é dizer, missão directamente ordenada à salvação espiritual dos homens pela sua inserção no Corpo Místico de Cristo «para que Deus seja tudo em todos» (1 Cor. XV, 28).

PADRE J. A. DE SOUSA

ARTIGOS RELIGIOSOS

PARA REVENDA e PROPAGANDA

Casa de S. José - Porto

(FUNDADA EM 1896)

168, RUA DAS FLORES, 170

Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!

TELEFONE, 22886

CARACTEROLOGIA

OS APAIXONADOS

(Continuação)

III — O APAIXONADO E A FAMÍLIA

Deixemos o apaixonado em estado adulto, para nos debruçarmos por momentos sobre os seus tempos de infância e da adolescência, apreciados no ambiente familiar.

Como criança, o apaixonado não apresenta notas características salientes; pelo contrário, há até uma certa «modéstia» de manifestações nos primeiros anos que se contrapõem singularmente à massiça e poderosa acção da juventude e idade madura. Não é, como o nervoso, precoce, vivo, irrequieto, sorridente e encantador; não é, como o colérico, de fisionomia aberta, olhar cintilante, palavra fácil, ditos engraçados; é um bébé calmo, de olhar encoberto pelas pálpebras semi-cerradas, tardio e lento no falar (1). Não pode fazer por isso os encantos da família que sempre gosta de exibir as «habilidades» dos seus meninos: o apaixonado, até aos 3 anos, não fará nenhuma habilidade.

Depois dessa idade, começa a fase dos jogos e brincadeiras: também aqui que diferença entre ele e um colérico da sua idade! Ele prefere jogos calmos, engenhosos (o mecano, por exemplo) em que a sua reflexão encontra pasto e o seu sentido prático se pode exercer; e estes jogos realiza-os com a maior seriedade e ficará profundamente ferido se a ironia ou a simples indiferença os atingir.

Daí que a família o procure desviar para os exercícios físicos. E faz bem: de um modo geral o apaixonado não se sente muito atraído por eles, mas é capaz de se vir a interessar poderosamente desde que os comece a praticar e lhes descubra o valor real que possuem. Então ve-lo-emos dedicar-se com afinco e método aos desportos de carácter sobretudo individual: o ciclismo, a natação, o alpinismo.

---

(1) No entanto, mal começa a falar, logo se nota uma grande riqueza de vocábulos e uma boa ligação lógica entre eles; tudo se passa como se a criança se tivesse demorado a observar atentamente o que via e ouvia e só depois se tivesse resolvido a utilizar os conhecimentos mais ou menos sólidos que adquirira.

O exercício físico quando bem orientado é sempre esplêndido seja para que tipo (normal, entende-se) de criança for.

Neste caso, além de todas as vantagens gerais e além de desprender o jovem apaixonado dos seus jogos demasiado sedentários e cerebrais, tem duas outras: ajudá-lo a desenvolver a caixa torácica (aspecto físico) e libertá-lo de pequenos medos a que por vezes é sujeito (aspecto psicológico) (2).

Quando chegar a crise da puberdade, os exercícios físicos terão ainda um óptimo papel a desempenhar. Esta crise é para o apaixonado bastante violenta: o instinto sexual, geralmente forte, desperta com violência; o sistema nervoso não atingiu ainda o equilíbrio (desarmonias vago-simpáticas); sofre de pequenos males difusos e indefinidos: cefaleias, eretismo cardíaco, angústias, ligeiros acessos nevropáticos que não inspiram cuidado.

Os traços caracteriais, desenhados bastante bem desde os 8-10 anos, manifestam-se agora com toda a nitidez, sobressaindo, como é natural, os que mais dependem da emotividade: impressões fortes, impulsividade, violência, gosto da independência, amor à família e à pátria.

O apaixonado ama e admira os seus pais, ama e dedica-se a todos os pequenos deveres, costumes e alegrias familiares: que problemas educativos levanta então? Regra geral, não haverá grandes dificuldades com ele, limitando-se a educação a evitar-lhe os excessos (de trabalho, de leitura, etc.) que é levado a cometer e controlando e dirigindo para nobres ideais a magnífica energia com que o Senhor o dotou. Mas nem sempre acontece assim e, em certos tipos de apaixonados, é preciso um cuidado e uma prudência especiais a fim de evitar revoltas e desgostos: sobretudo não empregar para com eles um autoritarismo incompreensivo e brutal que poderia originar, entre outros, dois gravíssimos inconvenientes: o primeiro seria o por-se «de fora» da família quer no sentido psicológico e moral de se isolar e fazer vida à parte, quer mesmo no sentido físico e real de a abandonar, fugindo de casa; o segundo seria a possibilidade de originar no jovem apaixonado perturbações mentais do tipo nervoso ou até de algumas atitudes paranoicas (3).

IV — O APAIXONADO E A ESCOLA

Antes de apreciarmos o seu comportamento escolar, vale a pena lançarmos um rápido olhar sobre o *tipo* de inteligência dos apaixonados.

Em muitos pontos se aparentam com os fleumáticos, pois têm em comum o agrupamento AS; deste modo, competem com eles no que se refere às possibilidades de abstracção e de apanharem o essencial perante um problema e seguem-nos de perto no que toca à capacidade de sistematização. Mas a Emotividade exerce a sua influência e daí, que, enquanto a sistematização dos fleumáticos é de carácter abstracto, a dos EAS é mais concreta. Esta mesma emotividade é fonte do seu poder de fazer comparações originais entre os elementos de um mesmo problema, mas prejudicará um pouco

(2) Por estranho que possa parecer, a verdade é que o apaixonado não tem, em geral, uma grande coragem física: o grande responsável é o agrupamento ES. O fleumático, no inquérito de Heymans e Wiersma, aparece com 55,1, os sanguíneos com 52,6 os coléricos com 47,5 e os apaixonados apenas atingem 43,1, número inferior à média geral que é de 43,9.

(3) Cfr. Pierre Mesnard, *Éducation et Caractère*, pág. 67-76

a compreensão intelectual e a reflexão abstracta, bem como os modos de exprimir o pensamento, por exemplo, a concisão e precisão, o estilo simples e claro, a linguagem precisa e nítida: obtendo uma óptima marca fica contado um pouco inferior à serena e fria objectividade dos fleumáticos.

No entanto, as suas aptidões intelectuais quer para as matemáticas e ciências teóricas, quer para a filosofia, sobretudo com carácter religioso, são evidentes e obtêm a sua contraprova nos interesses que possui: estes orientam-se de preferência para problemas metafísicos, religiosos, sociais e políticos.

Ordenados, metódicos, com uma boa organização sistemática do pensamento, utilizando uma expressão coerente e veraz, os apaixonados estão magnìficamente equipados para poderem obter um êxito certo nas actividades escolares (4).

A ida para a escola é para o colérico uma agradável e emocionante aventura; para o sentimental uma ocasião frequente de sofrimento com a vulgaridade e a falta de sensibilidade dos companheiros; para o nervoso tanto poderá significar uma divertida mudança de ambiente, como um tremendo aborrecimento por se ver fechado e limitado nos seus desejos fantásticos e, para estes dois grupos de EnA, a escola pode ser também uma «fuga» a um meio familiar agressivo ou pelo menos pouco acolhedor.

O apaixonado, já o sabemos, tem um profundo desejo de unidade que quer realizar em toda a sua vida e não só no seu pensamento; por essa razão, a escola agradar-lhe-á tanto mais quanto mais se encontrar na continuidade de todos os valores aprendidos no meio familiar; e repugnar-lhe-á vivamente, criando-lhe um verdadeiro conflito, quando aí vir esses valores serem atacados pelo professor, pelos companheiros ou pela própria natureza da instituição.

Mas, em regra, o apaixonado não levantará na escola problemas educativos especiais. Bem sintonizado com o meio, compreendendo perfeitamente o que dele se espera e esforçando-se por o cumprir, é quase sempre um dos melhores alunos da classe.

Note-se, no entanto, que o professor ficará por vezes desconcertado com algumas atitudes dos seus alunos EAS:

«A atenção da pequena Simone causará decepção a mais de uma professora, desde que não seja suficientemente psicóloga.

Põe-se o problema e Simone parece presa da mais prometedora reflexão; mas no momento em que começa a ser explicado o raciocínio-tipo que deve conduzir à solução, parece que o espírito de Simone se evade bruscamente do problema e até mesmo de toda a matemática: desenha um boneco na página do caderno ou, coisa ainda mais grave, começa a falar com a vizinha de carteira sobre as últimas aventuras do irmão mais velho. Simone está «ausente» da aula e por isso mesmo recebe uma severa repreensão. Aceita-a sem contrição — quase rindo, a insolente! — e na maioria dos casos levará a inconsciência até ao ponto de se levantar para protestar e... para dar uma demonstração impecável da questão: praza a Deus que a sua memória imediata não seja ultrapassada ainda pela sua inteligência e que, assim, o seu raciocínio não venha a ser mais elegante, mais intuitivo e mais concreto do que o da professora!

Que se passou? Simplesmente isto, que Simone veio à aula de aritmética para aprender aritmética e não directamente para ouvir a professora. Quando lhe apresentam um problema ela salta com avidez sobre tão substancial alimento, mas quando o resolveu por sua própria conta, o problema deixa de existir, a aula desaparece, o que é sem dúvida um repouso legítimo enquanto espera que lhe dêm nova tarefa.

Esta reacção escolar não é do agrado de todos os professores, sobretudo daqueles que julgam que a aula não tem outro fim senão permitir-lhes pontificar e demonstrar

(4) Cfr. Paul Griéger, *L'intelligence et l'éducation intellectuelle*, pág. 83-92.

longamente aos alunos a sua própria superioridade intelectual. Se a professora de aritmética pertence a este género de pessoas, Simone ver-se-á apreciada desta bela forma: «Aluna vaidosa e insolente, distraída nas aulas». Mas se a professora é ao mesmo tempo matemática e psicóloga, anotará na sua caderneta: «Simone, bem dotada para as matemáticas». A diferença entre estas duas notações resume todas as dificuldades pedagógicas próprias do carácter apaixonado».

Repare-se neste outro caso igualmente curioso e instrutivo:

«A força do aluno apaixonado é o interesse profundo pela cultura. Mas quem diz cultura diz personalidade, esforço voluntário e até solitário, amor aos exercícios formadores quer por eles quer pelo proveito que deles tira. Se o apaixonado tem a impressão que a aula lhe dá tudo isso directamente, entregar-se-á a ela com todo o coração: conheci alguns que gostavam suficientemente das suas aulas de literatura para voltarem, já depois de passarem no bacharelato, a ouvir as últimas lições que o professor dava aos candidatos das séries finais.

Mas, mesmo nas aulas preferidas, o apaixonado tem por vezes a impressão de perder o seu tempo: o que o professor vai dizer adivinha-o desde a primeira palavra da frase. Ora, isso que acaba de ouvir (ou antes, de «adivinhar») pode ser ou muito interessante ou absolutamente discutível: sendo assim, para que esperar mais tempo para o discutir com o vizinho, um companheiro com frequência escolhido por ter as mesmas aptidões? Pior ainda quando um camarada de nível médio lê ou explica uma página: ainda não analisou três linhas e já o apaixonado vai no fim da página, acha que Chateaubriand «posa» um bocado para a galeria ou que Virgílio não percebia mesmo nada da vida das abelhas. Atenção agora ao comentário que vai partir do banco lá de cima e que, se não for adivinhado ou suficientemente bem acolhido, vai talvez perturbar a classe. Isto acontecerá com os apaixonados impulsivos, para-coléricos; mas nos meditativos, em que é a secundaridade e não a actividade que domina, é geralmente a fuga para o sonho interior, que se arrisca a levar a criança para bem longe da aula; deixou de estar ao lado daquele cretino que está a «estender-se» na chamada, antes segue o veu nupcial e lembra-se da última captura de um enxame de abelhas a que assistiu no ano passado («o difícil, sabes, é apanhar a raínha...») E aqui temos Gustavo que «tagarela», irritante verbo pedagógico que nada quer dizer pois tanto se aplica ao pior cancro da turma como ao seu melhor aluno» (5).

O trabalho em casa é feito com vivo gosto e muito acerto, pois se é certo que todo o apaixonado se interessa pelo «social» não é do mesmo modo que o colérico: este mistura-se com a massa, vive com ela, nela se sente bem, embora se eleve e se venha a fazer seu condutor. O apaixonado, embora bem integrado no mundo social, não é o homem das multidões e nem mesmo dos grandes grupos: é sem dúvida um chefe, mas em nenhum momento há possibilidade de o confundir mesmo com aqueles que constituem o seu próprio meio. Na escola «o colérico reune à sua volta um grupo de camaradas; o apaixonado ocupa sempre um lugar um pouco à parte, pois que é um dos raros que dominam o momento presente e o integram numa verdadeira consciência»; e por isso o trabalho em casa lhe agrada, a ele «que gosta de trabalhar sòzinho, que considera a tarefa escolar como uma espécie de jogo sério no qual, ao mesmo tempo e no mesmo grau, o atraem o aspecto lúdico, o aspecto ético e o aspecto de enriquecimento pessoal» (6).

(5) P. Mesnard, l. c., 79-81.

(6) André Le Gall, *Caractérologie...*, 220. Não pretendemos insinuar que o trabalho em equipa não convenha aos EAS. Estamos inteiramente de acordo com Roger Verdier que em «*La Caractérologie dans l'enseignement secondaire*», pág. 167-8, escreve: «o trabalho em equipas convém particularmente aos coléricos (...) mas pode utilizar-se com sucesso e proveito com todos os caracteres, com a condição de não fazer dele uma

As indicações dadas atrás sobre a modalidade da inteligências dos EAS e sobre as suas aptidões e interesses excuzam-nos de verificarmos agora os resultados escolares, pois o essencial já ficou dito e estes nada mais fariam do que corroborar as conclusões anteriormente estabelecidas (7).

Para resumir, podemos dizer que, normalmente o apaixonado é um aluno brilhante, por vezes excepcional, esplêndido camarada e óptimo chefe, capaz de criar amizades profundas embora pouco numerosas e conseguindo por vezes evitar a inveja de outros menos favorecidos, pois nem é vaidoso nem retraído, antes perfeitamente *natural* e bem sintonizado com o meio ambiente.

V — O GRANDE PERIGO

Le Senne, em artigo intitulado «La caractérologie et la psychologie des peuples» e aparecido na *Revue de psychologie des peuples* (nov. 1946), pág. 195, afirma que «o carácter impõe à minha actividade como que *linhas de clivagem* que fazem com que o meio mental em que se desenrola a minha vida interior seja anisotrópico» (8).

Esta mesma ideia nos tinha ocorrido espontâneamente ao pensarmos na relação profunda entre carácter e doença: o carácter possui *linhas de clivagem* segundo as quais a doença se manifesta mais fàcilmente e mais profundamente atinge o sujeito.

Limitando o nosso interesse às doenças mentais, poderíamos dizer, numa generalização um pouco arrojada mas talvez não muito imprudente, que essas linhas de clivagem serão para o nervoso a mitomania e a histeria, para o sentimental a esquizofrenia, para o colérico a ciclofrenia e para o apaixonado

---

panaceia e de o usar com moderação para atingir aqueles fins que de facto exigem um esforço colectivo. (...) A condição essencial para que os trabalhos de grupo sejam benéficos é que nestes as relações entre os alunos sejam livres e o trabalho fecundo. O insucesso virá se, por desconfiança, houver demasiadas imposições e limitações, bem como se, por excesso de optimismo, se permite que a anarquia e a falta de preparação tornem inúteis as iniciativas. Que dizer que, neste domínio, o único método é o preventivo: é preciso estar antecipadamente em guarda e pôr em guarda contra as dificuldades».

A pág. 169, vem este exemplo que nos interessa: «Grupo 2 — *4 alunos:* 1 EAS sub-emotivo, sub-activo; 1 EnAP muito discolista (=de humor muito variável); 1 EnAS muito largo; 1 nEnAS sub-não-emotivo.

Após algumas semanas de hesitação, o apaixonado toma vigorosamente a chefia do grupo e arrasta os dois outros emotivos. Pouco sensível à arte, encontra no nervoso, bem dotado para o desenho, um auxiliar precioso. O apático desempenha as funções de arquivista e de secretário.

Bom rendimento até ao dia em que as invejas escolares levantam os emotivos-inactivos contra o apaixonado, ficando o apático neutro».

(7) O que não quer dizer que muitos e intressantes problemas não tenham ficado em aberto: magníficas sugestões na obra já citada de R. Verdier e em «*Analyse caractérielle des élèves d'une classe par leur maître* da autoria de Roger Gaillat.

(8) Cit. por André-A. Devaux, *Quelques aspects de la convergence entre caractérologie et philosophie chez René Le Senne,* LA CARACTÉROLOGIE Rev. Int. Car., 2 (1960), p. 7 n. 2.

a paranoía: os caracteres não-emotivos são muito mais resistentes à doença mental. (9)

Suponhamos um homem que, embora não sofra de alucinação, contudo *vê* na conduta das outras pessoas para consigo uma agressividade permanente e sistemática; na forma mais benigna e mais frequente esse homem terá um feitio difícil, custando a lidar com ele e criando complicações pelo seu temperamento desconfiado.

Mas se todas estas reacções se acentuam desmesuradamente, com manifestações anti-sociais, e tudo isto enquadrado dentro de uma rígida e sistemática explicação das perseguições de que julga ser alvo, temos uma forma de delírio mental a que se dá o nome de *delírio de interpretação;* este também se chama *loucura lúcida* (o doente raciocina, brilhantemente mesmo), *loucura parcial* (pois incide apenas sobre determinada zona de interesses) e, mais frequentemente *paranóia* (do gr. *para* —ao lado; *noûs* —razão: raciocínio desviado). (10)

Esta doença parece de facto convir especialmente aos EAS: as palavras que a seguir citamos de Henry Baruk, além de estarem inteiramente de acordo com o que já sabemos sobre as pessoas pertencentes a este grupo caracterológico, têm tido uma razoável confirmação estatística.

«A perturbação fundamental que está por trás desta tendência do espírito *é uma perturbação da afectividade e do carácter: um estado passional à base de orgulho* (o sublinhado é nosso) que impede de julgar imparcialmente e que se dirige com evidência e de modo arbitrário sobre as pessoas que o sujeito julga capazes de o prejudicarem nas suas ambições ou nos seus projectos. Esta perturbação especial do carácter é bastante frequente na vida corrente e observa-se muito no teatro da vida política em que as paixões, os ódios e a difamação se expandem livremente. (...) Este tipo clínico tem naturalmente uma repercussão social considerável: é ele a origem de um grande número de conflitos, de ódio, de guerras. (11)

VI — EDUCAÇÃO

Tenha-se bem presente que a esmagadora maioria dos apaixonados não é nunca atingida pela paranóia; tenha-se também como certo que muitos paranóicos não são apaixonados; mas não esqueçamos no entanto que a paranóia é uma possível ameaça para o EAS; e se não na sua forma completa, ao menos em formas larvadas que se traduzem em orgulho, desconfiança, susceptibilidade, dificuldade em julgar imparcialmente, agressividade, etc..

São estes os defeitos que a educação se deve esforçar por combater; a

---

(9) Não se conclua daqui que só os nervosos são miómanos ou só os sentimentais são esquizofrénicos, etc.; não se conclua também que os caracteres inemotivos são imunes às doenças mentais: pretendemos simplesmente fazer notar que certas tendências são mais pronunciadas neste do que naquele grupo caracterológico. Acerca da psicose maníaco-depressiva, ler o interessante estudo de D. Wiersma, *Les oscillations du tempérament,* in LA CARACTÉROLOGIE, 1 (1959), p. 25-39

(10) Henry Baruk, *Psychoses et Névroses,* 38.

(11) Idem, 39.

humildade, a confiança nos homens, a doçura, a mansidão, etc. são as virtudes que procurará desenvolver.

Esta tarefa cabe a todos os que estão empenhados de algum modo na educação do jovem apaixonado: pais, professores, catequistas, director espiritual, etc. Algumas atitudes parecem indicadas e dignas de se referirem:

— No caso de se notarem pequenas tendências nevropáticas, procurar a sua causa próxima: desarmonias? conflitos familiares? dificuldades escolares ou profissionais? A razão desta investigação está em que, como diz André Le Gall, «não há nenhum paranóico que não tenha sofrido autênticas decepções». Descoberta a causa, removê-la da melhor maneira.

— Mesmo que essa descoberta não tenha sido possível e no intuito duplo de remediar um mal presente e de evitar um mal futuro, o que se torna indispensável é criar à volta do sujeito um ambiente de alegria, cordialidade e confiança nele que lhe permita voltar a expandir-se e a sintonizar-se: sentir-se amado é o princípio da cura.

— É preciso ainda *revelá-lo* a si próprio, levando-o a descobrir as suas qualidades e os seus defeitos, o amor de Deus que assim o criou e assim o quer; levando-o não só a aceitar-se, mas a amar-se como é. Revelação esta que deve ser profundamente positiva, feita com muita prudência e grande caridade, mas que receios exagerados não devem impedir.

— A revelação de si a si mesmo tem de ser completada por esta: a *revelação dos outros* a si. É preciso fazer-lhe ver as variedades de tipos de homens, mostrar-lhe a fragilidade humana que existe em cada pessoa e que nos deve merecer compaixão e ajuda, em vez de cólera, desprezo e desejo de destruir, pois cada um de nós é fraco e pecador. Por isso ele não deve admirar-se nem revoltar-se demasiadamente contra as faltas dos outros, em especial as que cometem para consigo: faltas de justiça, de caridade, etc.. A atitude a tomar deve ser nobre e elevada, bem de acordo com as qualidades com que o Senhor o dotou: amar não só os que o amam, mas também os próprios inimigos com um coração apaixonado e magnânimo.

— Criar-lhe um verdadeiro *espírito de serviço* que o fará descentrar-se de si para o colocar no plano dos outros: no fundo é procurar ajudá-lo na conquista da *humildade*. Esta far-lhe-á ver como, considerado no conjunto de pessoas que o rodeiam, ele não é senão *uma* dessas pessoas e, sob muitos e variados aspectos, será até bem pouco importante; mais ainda: pecador como é, deve reconhecer que o sofrimento faz parte da vida e tem valor de redenção e expiação; e assim deve procurar aceitar, com espírito de penitência e humildade, as dores e tristezas que os outros lhe causam, oferecendo-as por si e por esses mesmos que o magoam.

— Como se vê, frequentemente aconselhamos o recurso a valores de ordem religiosa. Por quê? Porque, segundo a afirmação do Mestre da caracterologia, *o centro de difusão caracterológica do sentimento religioso é o grupo EAS, com emotividade dominante, valor médio de A e*, podemos acrescentar, *com o suplemento da largura do campo de consciência*» (*Traité*, 381. Sublinhado do autor).

Deste modo, a religião deve ser na vida de um apaixonado um centro de equilíbrio de toda a personalidade: ela dá-lhe matéria para todos os sonhos

de grandeza e de glória, mas logo os corrige apontando-lhe o caminho da humilhação e da cruz; mostra-lhe o pecado dos homens, mas recorda-lhe as suas próprias faltas; põe-no frente a frente com as suas virtudes, mas lembra-lhe que são dons de Deus e que os outros também as receberam; situa-o humildemente como um entre muitos, mas eleva-o prodigiosamente quando lhe diz que ninguém é como ele; leva-o a conhecer e aceitar o fracasso, mas ensina-o a transformá-lo numa vitória; dobra-o sobre si mesmo no exame de consciência, mas lança-o no serviço dos outros pela caridade; a todo o momento o faz ser simples criatura e contìnuamente lhe lembra a possibilidade de vir a ser como um deus!

*
* *

As dimensões da revista obrigaram-nos a reduzir largamente o primitivo original deste artigo: em particular fomos obrigados a suprimir dois capítulos — um sobre o apaixonado e as doenças, outro sobre direcção espiritual; uma última parte descrevendo as diferentes *famílias* de apaixonados não pôde igualmente ser publicada. Apesar de tudo pensamos que o leitor encontrará aqui umas tantas pistas que lhe permitam não só compreender como ajudar os apaixonados que a Providência colocar no seu caminho.

ANTÓNIO SERRÃO

O PROBLEMA DO PSEUDO TOMÉ

Perdido pela antiguidade o Evangelho do Pseudo Tomé foi encontrado em 1945 (1) perto de Nag-Hamadi (antiga Chenoboskion) no Alto Egipto entre outros apócrifos contidos em vários manuscritos, pertença de uma biblioteca gnóstica.

Data o códice que o contém sòmente do séc. IV, mas o apócrifo teve o seu aparecimento, segundo opinião de vários autores (Till, Doresse, etc.) na 2.ª metade do séc. II ou, o mais tardar, no 1.º quartel do III. Escrito em copta, no dialecto do Alto Egipto (o sahídico), o Evangelho de Tomé não merece, no sentido técnico da palavra, tal designação pois apresenta apenas algumas dezenas de «sentenças e parábolas do Senhor». Ora por Evangelho compreende-se a narração dos factos mais importantes da Vida do Senhor e não sòmente uma compendiação de palavras suas, tal como se apresenta de facto o Pseudo-Evangelho de Tomé que diz mesmo expressamente no seu prólogo: «Eis as palavras que Jesus o Vivente disse e Dydimo Judas Tomé escreveu». Quase todas as frases começam por «Jesus diz» ou «disse» e, contendo por vezes algum breve diálogo do Senhor com seus discípulos, encontram-se dispostas na obra sem ordem aparente.

Desconhecido e, segundo Puech, natural da Síria, o seu autor, como o de outros apócrifos, quis impor a obra sob o nome de pessoa autorizada e escolheu o de S. Tomé que, segundo Tradição Síria parece (2), é chamado Judas. O nome de Dídimo, por sua vez, encontra-se também em S. João (XI-16).

Há a notar que este apócrifo se distingue do Evangelho de Tomé filósofo israelita, narração fabulosa e, por vezes, herética da Infância do Senhor.

Conhecido pela antiguidade cristã parece ser ele o referido por Hipólito (Phil. V-7), Orígenes (I Hom. in Luc I), Eusébio (Hist. Ecl. III 25/6 e outros. É sempre olhado como obra heterodoxa e são apontadas, frequentes vezes, as suas estreitas relações com o Gnosticismo ou o Maniqueismo. E surge-nos, assim, o grande problema: Serão as sentenças, como pretende o seu compilador, Palavras de Jesus?

Para dar solução a tão difícil pergunta somos obrigados a fazer duas outras: Qual a sua origem, isto é, de que fontes se serviu o autor para nos poder transmitir essas máximas? Terão as sentenças caracteres de autentici-

---

(1) Ver a obra citada de Doresse.
(2) Cf. Eusébio «Hist. Ecl.» I — 13/11.

dade, isto é, estará o seu conteúdo plenamente de acordo com o espírito e a doutrina Evangélicos? Eis o que vamos procurar esclarecer.

Para parte da nossa tarefa ser-nos-há indispensável a ajuda dos Sinópticos que, contendo inspirada e fielmente a Mensagem de Jesus, serão a pedra de toque que nos permitirá alcançar uma opinião quanto possível exacta e verdadeira, e descobrir, entre as sentenças examinadas, as que tiverem carácter de autenticidade, sobretudo naquelas que são de tipo sinóptico, isto é, que coincidem mais ou menos com as frases dos três primeiros Evangelhos Canónicos, quer no fundo quer na forma.

Como, além desta espécie de sentenças, existem ainda a daquelas que, não sendo canónicas, são já conhecidas por citações dos Padres, etc. e a das que nos são completamente desconhecidas, estudaremos, para maior clareza, cada grupo separadamente, tirando, no fim, uma conclusão geral.

I — Frases de tipo sinóptico:

Abrange este grupo cerca de metade das sentenças do apócrifo e é curioso notar que algumas diferem do texto canónico apenas nalgumas palavras. Assim por ex. a 54: «Jesus diz: Felizes os pobres, porque vosso é o Reino dos céus» difere de Mt. V-3 por omitir «em espírito» e usar a 2.ª pessoa e de Lc. VI/20 por dizer «reino dos céus» em vez de «reino de Deus». Outras acrescentam à frase um elemento inexistente nos Sinópticos, como a 31 «Jesus diz: Nenhum profeta é recebido na sua cidade, nenhum médico cura aqueles que o conhecem» (cf. com Mc. VI/4).

Há outras que diferem do texto canónico por apresentarem, numa só frase, duas ou mais dos Sinópticos que estavam neles separadas, quer sejam de um só autor quer de vários (normalmente Mt. e Lc). Assim, por ex. a 39 apresenta duas partes: a 1.ª semelhante a Lc. XI/52 e a 2.ª a Mt. X-16 b. Ei-la: «Jesus diz: «Os fariseus e os escribas receberam as chaves da Ciência e esconderam-nas. Eles não entraram nem deixaram entrar aqueles que queriam. Mas vós, sede sábios como as serpentes e inocentes como as pombas».

a) — *Origem das sentenças*

Diante do problema da origem destas frases a solução mais fácil é, sem dúvida, afirmar que o compilador nada mais fez que recolher frases dos Sagrados Evangelhos a que outros tinham conferido ligeiras mudanças ou que ele próprio modificou. Vem apoiar esta tese a existência de frases com alterações tendenciosas (como veremos em breve). Pertencendo o códice aos gnósticos é lícito supor que eles o tivessem adulterado (o que de facto se deu como veremos) não, contudo, de modo tal que não possamos ver que algumas alterações pertenciam já ao original, donde concluir que o compilador teria modificado os versículos evangélicos que lhe fossem contrários ou menos agradáveis (3). Este argumento, porém, não é forte pois, por um lado, não se pode

(3) Sabemos que devem remontar ao original por citações e referências dos S. Padres que tem já o apócrifo como escrito herético.

afirmar com segurança que o autor (séc. II) o tivesse feito realmente e, por outro, é possível que ele as tivesse já recolhido assim da fonte (ou fontes) de que se serviu. Tal fonte, porém, não podia ser uma versão dos Santos Evangelhos pois nunca os cristãos, é sabido, nelas consentiram a mistura do falso, ou adulterado, com a Verdade. Que pensar pois? Que fonte seria essa então?

Quispel, baseando-se, entre outros argumentos, num mais completo paralelismo dos membros de certas sentenças (4), ao mesmo tempo que se afirma contra a tese proposta sugere e defende uma nova: a de que a fonte útil ao autor não foi outra senão uma tradição semita Evangélica independente da canónica e originária de um ambiente Judaico-Cristão.

Se devemos dedicar a esta tese a nossa atenção não devemos, porém, ter em grande conta o argumento proposto, pois Bauer, tendo-o estudado, afirma que o paralelismo, só por si, não pode levar-nos a ter uma sentença como antiga, genuína e incorruptìvelmente íntegra (artigo citado pág. 136).

Não é este, porém, o único argumento de Quispel para a defesa da sua tese. Com efeito ele verificou que certas frases têm variantes comuns com as de algumas citações evangélicas de antigos escritores cristãos e com as de certas versões dos Sinópticos. Assim, uma dúzia de sentenças (entre elas a 39) encontra-se também, com um mesmo aspecto, nas citações evangélicas das «Homilias» e «Recognitiones» do Pseudo Clemente. Outras encontram eco no «Diatessaron» ou nas «Didascalia» ou em antigas versões Siríacas (a Curetoriana e a Sinaítica) ou nas Velhas Latinas como, por ex., a 89 no códice de Beza: «Jesus diz: Porque lavais vós o exterior da taça? Não compreendeis que o que fez o interior foi também o que fez o exterior?» (cf. Mt. 23/25). Daqui concluiu, e bem, que, entre, ao menos, algumas das sentenças do Ps. Tomé e um texto evangélico usado pelas ditas obras, deve haver uma relação: ter-se o Ps. Tomé servido também desse texto que, segundo Quispel, continha uma tradição semita evangélica, extra-canónica, das «logia» de Jesus, tradição originária, como já referi, das comunidades Judaico-Cristãs. Esse texto, escrito em aramaico, é, finalmente, identificado por ele com o célebre Evangelho dos Hebreus. Veremos, mais à frente, quais as relações entre os dois apócrifos.

MacRae (5) por sua vez, apresenta novo argumento contra a 1.ª tese. Ele verificou que, na hipótese de o compilador se ter servido sòmente dos Sinópticos não havia preferência alguma evidente por qualquer dos Evangelistas pois se servia de Mateus e Lucas com igual frequência (6). Ora tal distribuição é estranha: porque motivo procederia ele com tão completa inconsistência? Mais ainda: em bastantes sentenças (como já disse) o caso é ainda mais estranho: o autor apresenta o que nos parece ser duas passagens separadas na mesma sentença, sendo, em cada caso, uma parte mais respeitante ao texto de Mateus, a outra ao de Lucas. E MacRae acaba por dizer que tal método

---

(4) Ex.: a 47 «Jesus diz: É impossível a um homem montar dois cavalos e esticar dois arcos, e é impossível a um servo servir dois senhores; aliás honrará um e ofenderá o outro» (Cf. Luc. XVI/14).

(5) Art. cit. págs. 59, 60 e 63.

(6) 8 dizem respeito só a Mt., 6 só a Lcc. e 24 a ambos. Poucas se ligam a Mc.

aparente na preferência de textos lhe parece um argumento lógico contra a tese proposta, acrescentando, porém, que ele deve ser considerado conjuntamente com os outros argumentos.

O autor, por fim, ao mesmo tempo que aprova a conclusão a que chegou Quispel, escreve que a crítica das máximas aprova a tese da tradição Judaica Cristã contida numa fonte aramaica, pois que a obra contém um bom número de indubitáveis semitismos. Guillaumont estudou bastante e demonstrou, convincentemente, que houve ao menos um estádio aramaico na história da tradição (7). Vem, ainda, em abono da tese nova a côr popular e pitoresca de certas sentenças.

Resumindo: o Pseudo Evangelho de Tomé, por todos os argumentos apresentados não deve provir, no que respeita a este género de máximas, de uma adulteração dos S. Evangelhos, mas de uma tradição evangélica independente.

b) — *Autenticidade das máximas*

Resta-nos agora estudar o valor desta tradição que será tanto maior quanto melhores caracteres de autenticidade possuírem as suas sentenças. Este problema tem muito interesse pois, para a resolução do Problema do Ps. Tomé não basta conhecer a origem das «logia» é preciso verificar se elas podiam ter sido ditas pelo Senhor e, portanto, se estão de acordo com o espírito e doutrina das Palavras de Jesus que nos chegaram sem adulteração pelos S. Evangelhos. Serão eles portanto que nos ajudarão a separar o verdadeiro do falso pela comparação entre ambos os os textos, indicando-nos, assim, o grau de autenticidade do Ps. Evangelho.

Ora a verdade é que:

1.º — A Tradição independente do Ps. Tomé não pôde obter a favor da sua existência, ao menos por agora, uma demonstração irrefutável e a prova disso é que Grant (8) pôde afirmar que o compilador (gnóstico naasseno, segundo ele) se serviu dos Evangelhos canónicos e que portanto «não podemos esperar encontrar nele nenhuma sentença autêntica de Jesus cuidadosamente reproduzida». Os Evangelhos, ao contrário, antes e depois de longos estudos e discussões de muitos, sobretudo na época moderna, tem gozado da merecida consideração do seu valor, da sua genuinidade literária e histórica. Se há ainda hoje quem duvide da sua veracidade, etc. é porque, quase sempre, é dominado por preconceitos.

2.º — O seu autor é desconhecido e portanto não podemos saber se era pessoa verídica e sabedora. Dos evangelistas, pelo contrário, sabemos que foram testemunhas oculares dos factos ou, ao menos, falaram com os que foram e investigaram tudo cuidadosamente (ver Lc. I/1 a 4).

3.º — Nunca o povo cristão o incluiu no cânone dos livros santos levado por uma aparência de inspiração nem, ao menos, serviu, como outros, de apêndice aos textos sagrados a título de obra humana e, embora não segura, vero-

(7) Art. cit. na nota 24.
(8) Nos artigos indicados na Bibliografia.

símil, edificante e, por isso, digna de ser lida particularmente e não se perder. Antes os Padres, pelo contrário, não deixaram de precaver o povo contra ele.

4.º — O Ps. Tomé é apócrifo e escrito como qualquer outro livro, ao passo que os Evangelhos, como livros inspirados, são Livros Divinos, contêm só a Verdade, estão de direito e de facto isentos de qualquer erro e imperfeição e tudo isto foi sempre defendido pelo povo cristão, pela Tradição, pelo Magistério e pela Revelação.

Estabelecer, portanto, nestas condições, um confronto de emulação entre a S. Escritura e o Ps. Evangelho chegando a concluir nalguns casos, pela maior perfeição deste último é mostrar petulância, desprezo pela fidelidade e valor da Tradição Evangélica, sòlidamente estabelecida, e, parece-me, uma positiva falta de respeito para com a Palavra de Deus e a Providência Divina que no-La conservou.

Encontramos neste tipo de sentenças um certo número que tem de facto caracteres de autenticidade como as já citadas 54, 39 e 31 e a seguinte, 25, de evidente carácter semítico: «Jesus diz: Ama o teu irmão como a tua alma, guarda-o como à menina dos teus olhos». Em compensação, porém, encontramos outras que se afastam do recto caminho. Vejamos só duas.

Tendo o Senhor dito claramente: «tudo o que é meu é teu e tudo o que é teu é meu» (Jo. XVII-10) poderia, depois, fazer a afirmação contida na 100 «...Ele disse-lhes: «Dai o que é de César a César, dai o que é de Deus a Deus e dai-me a mim o que é meu»? Duvido....

A outra, a 55, reza assim: «Jesus disse: Quem não odiar o seu pai e a sua mãe não poderá ser meu discípulo e (quem não) odiar os seus irmãos e irmãs e (não) tomar a sua cruz no Meu caminho não será digno de mim». Há nesta máxima duas lacunas, uma das quais muito importante. A 1.ª é a falta da expressão «e até a própria vida» que vem dar inteira compreensão ao verbo odiar (amar menos). Sem ela o sentido da frase pode parecer estranho, anti-natural, com ela torna-se clara, compreensível. Com efeito se nós devemos odiar a nossa vida, isto é não só os nossos egoísmos e comodidades como também, se necessário, a própria existência neste mundo por causa do reino de Deus, não admira que tenhamos de estar prontos a sacrificar os nossos maiores e mais legítimos afectos pelo nome do Senhor, a Quem devemos amor sobre todas as pessoas e coisas.

A 2.ª, importante, consiste na omissão de «filho e filha» (Mt.) e «esposa e filhos» (Lc.) que acarreta discussão sobre se teremos também de amar menos e mesmo, se preciso, de abandonar a família que tenhamos fundado. Se tivermos, porém, presente agora o que disse há pouco sobre os S. Evangelhos, o Ps. Tomé e a sua Tradição não teremos dúvidas, pois os evangelistas são claros neste ponto: Se tal for preciso devemo-lo fazer. Não valerá, também, dizer que é uma adição posterior pois sê-lo-iam também os passos de Mt. XIX-29, Mc. X-29 e Lc. XVIII-29 em que os autores Sagrados nos contam que o Senhor prometeu a vida eterna àqueles que, por causa do reino de Deus, tiverem deixado mulher e filhos.

Parece-me, além disso, que nos nossos dias já é tempo de desistir deste argumento que vai contra a evidente genuinidade literária dos textos Evangélicos, provada, entre outras razões, pelo facto de quase todas as versões

possuirem os passos discutidos. Insistir, pois, em tal afirmação é fazer suspeitar vontade firme de combater, ùnicamente, as ideias neles contidas. De facto, se o soldado para defesa da Pátria tem de deixar o seu lar porque não o deveremos fazer pelo nome de Cristo? Será a Pátria superior ao reino de Deus e ao serviço do Senhor do Universo?

Do exame destas sentenças parece pois poder-se concluir que algumas, ou fazendo afirmações impossíveis na boca do Senhor ou omitindo termos de importância doutrinal, não possuem, ao contrário de outras, grande carácter de genuinidade e autenticidade. Daqui que o valor da Tradição seja, em muitos casos, reduzido.

II — Sentenças não canónicas conhecidas por citações diversas:

Pertencem a este grupo poucas máximas (16 a 20) mas não deixa de ter importância o seu estudo pela luz que traz sobre as origens do Ps. Tomé.

a) — *Problema da origem*

Clemente de Alexandria cita (Stromata II-9) uma passagem que não é, aparentemente, outra coisa senão parte da 2.ª sentença e atribui-a ao Ev. dos Hebreus. Noutro passo (V-14) ele cita-a quase inteira sem indicar, porém, qual a fonte: «Que aquele que procura não deixe (de procurar) até que encontre, e tendo encontrado ele admirará, e tendo admirado ele reinará, e tendo reinado ele descansará». Compare-se com a do Ps. Tomé «Jesus diz: Que aquele que procura não deixe de procurar até que encontre, e quando encontrar, será perturbado, e quando tiver sido perturbado ele admirará e reinará sobre todas as coisas». E como esta outras mais existem que possuem «gémeas» em citações do mesmo apócrifo. Esta correspondência sugere que o célebre livro tenha sido uma fonte do Ps. Tomé ou, ao menos, que tiveram ambos uma fonte comum.

A sentença 12 dá grande relevo à pessoa de S. Tiago. Ora S. Jerónimo diz que o Ev. dos Hebreus possuía esta característica que, segundo Hennecke, está nos caracteres Judaico-Cristãos. Este facto junto aos da sua escrita em aramaico, da sua antiguidade, da sua relação com o texto primitivo aramaico de S. Mateus (de que era considerado simples desenvolvimento) confirma a opinião de que o autor do Ps. Tomé utilizou, nele, uma primitiva tradição palestiniense em aramaico.

Também o perdido Ev. dos Egípcios deve ter sido, pelas correspondências existentes, uma fonte do Ps. Tomé. Desta relação entre os dois apócrifos se mostra a conexão do Ps. Tomé com o Gnosticismo não só por o Ev. dos Egípcios ser obra gnóstica, como pela própria natureza e ambiente esotéricos do Ps. Ev. (sugeridos pelo prólogo), pela presença nele de ideias gnósticas e pelo facto de possuir frases em comum com livros Maniqueus, Marcionitas e Naassenos. Diante destes factos G. de Rosa (9) afirma que o apócrifo é de clara inspiração gnóstica. O seu espírito animador, que não

(9) Art. cit. págs. 511 e 512.

sempre de facto a sua doutrina, é ao menos tendencialmente gnóstica e, neste espírito e contexto, as próprias máximas de carácter autêntico eram interpretadas pelos hereges mais em sentido gnóstico que cristão. Lembremo-nos, ainda, de que ele foi encontrado numa biblioteca gnóstica.

Seria herege o seu autor? Por tudo isto é lógico pensar que sim embora Pueche ([10]) se oponha a esta ideia pelo facto de o Ps. Ev. possuir outra versão conhecida (a dos fragmentos gregos de Oxyrhincos) que apresenta uma anterior e mais ortodoxa versão, enquanto a do Manuscrito copta, retocada pelos gnósticos, é mais tardia e heterodoxa. Este facto, contudo, não basta, pois é de notar que a própria versão grega não é inteiramente ortodoxa, antes possui já alguns sinais evidentes de «gnosis». Juntando a isto o testemunho dos Padres é de crer que ao texto original não faltariam caracteres gnósticos, embora mitigados, o que basta para colocar o seu autor, com certa probabilidade, no número dos gnósticos.

b) — *Problema da autenticidade*

Como no grupo antecedente há algumas sentenças cujo pensamento é estranho, ou mesmo oposto, ao do Senhor e, também, outras que possuem caracteres de antenticidade, como a 17 «Jesus diz: Dar-vos-hei o que jamais os olhos viram e os ouvidos ouviram e o que a mão jamais tocou e jamais subiu ao coração do homem». Segundo Prigent, contudo, não é autêntica pois se baseia em I Cor. II-9 e S. Paulo faz, simplesmente, uma paráfrase de Is. 64-3.

Este género de sentenças, portanto, provindo de, pelo menos, o Ev. dos Egípcios e o dos Hebreus (escrínio da Tradição independente segundo alguns) tem frases com carácter de autenticidade e outras sem ele, donde o valor maior ou menor da mesma Tradição.

III — Frases desconhecidas:

Não será irrazoável pensar que o autor tenha inventado estas máximas (cerca de 40) mas, considerada a variedade de fontes que usou, é mais lógico, parece, considerar estas sentenças como vindas de uma fonte (ou fontes) de nós total ou parcialmente desconhecidas.

Algumas destas «logia» contêm, aparentemente, ideias gnósticas que, como diz MacRae ([11]) ostentam o tipo primitivo de «gnosis» próprio do meio Judaico-Cristão, gnosticismo esse que só com dificuldade se distingue das especulações da primitiva ortodoxia Judaico-Cristã. Mais uma vez o Ps. Ev. se mostra relacionado com fontes provenientes desse meio. Sirva de ex. a 83 «Jesus diz: As imagens são reveladas ao homem e a luz que está dentro delas está escondida na imagem da Luz do Pai. Ele revelar-se-á e a Sua Imagem está oculta pela Sua Luz».

Aparecem, também, sentenças que parecem autênticas charadas e são difíceis de entender. É protótipo a 7 «Jesus diz: «Feliz o leão que o homem

(10) Referido por MacRae no art. citado pág. 66.
(11) Art. cit. pág. 67.

come e que se tornará homem; e maldito o homem que o leão come e que se tornará leão».

Das restantes é impossível determinar a origem devido a não termos delas paralelo noutras obras conhecidas. Serão tiradas do Ev. dos Hebreus (ou da Tradição evangélica independente, ou de ambos, caso não se identifiquem)? Não sabemos.

a) — *Sua origem*

Sendo evidente que não são autênticas as frases gnósticas, nem, certamente, as confusas e difíceis (ou impossíveis) de entender, não podemos ir tão depressa nas restantes que, na maioria, possuem, de facto, caracteres de autenticidade. Assim, é apontada como possìvelmente genuína a 58 «Jesus diz: Feliz o homem que sofreu, ele encontrou a Vida».

IV — Conclusão:

Examinados, finalmente, os 3 géneros de sentenças é ocasião agora de lançarmos os olhos para o conjunto e darmos solução aos problemas que nos ocuparam. O principal, disse-o no início, é saber se as sentenças são, de facto, Palavras de Jesus. Chegámos à conclusão, na verdade, de que muitas têm caracteres de genuinidade e podiam ter sido ditas por Jesus. Mas foram-no realmente?

Temos de confessar que o problema, ao menos por agora, é insolúvel e que não podemos julgar as máximas senão tal como o fizemos: negativamente. Diz MacRae que é certo o princípio geral de que muitas frases do Senhor se perderam, fora da Tradição canónica e de que se podem ter conservado em obras extra-canónicas, mas a verdade é que a crítica moderna não pode fazer mais do que declarar que dada frase não está em desacordo com o espírito e doutrina das Palavras do Senhor conservadas nos S. Evangelhos. É por isso que as apreciações dos Padres da Igreja, principalmente dos autores até ao III e IV séc. acerca das sentenças que citaram e comentaram têm tanto valor, pois podem, com bastante segurança, pronunciar-se sobre a autenticidade ou falsidade das frases que citam e comentam.

Não podemos pois (e é muito duvidoso que o possamos vir a fazer) dizer taxativamente que tal ou tal frase do Ps. Tomé seja uma genuína e perdida Palavra de Jesus. Não pensemos, porém, que o estudar este problema fosse inútil pois, com ele, se procuraram os da sua origem e possibilidade de ser autêntico e, nestes, chegámos a conclusões se não definitivas, é certo, pelo menos bastante positivas. Para maior clareza podemo-las resumir, seguindo Mac Rae ([12]), em 6 pontos:

1.° — O Ps. Ev. deve possuir uma origem Judaico-Cristã e ter surgido na Síria no 2.° séc.

2.° — Embora o texto copta seja tradução do grego, parece claro que o original era uma compilação de várias fontes, algumas das quais, ao menos originalmente, em aramaico.

---

(12) Art. cit. pág. 70.

3.º — Uma destas fontes foi, certamente, uma Tradição palestiniense, paralela mas independente da Canónica dos Sinópticos, fixada ou no Ev. dos Hebreus ou, talvez, numa hipotética colecção aramaica de Palavras de Jesus. O valor dessa tradição, como vimos, é em muitas frases reduzido. Outra fonte foi, certamente também, o Ev. dos Egípcios.

4.º — Apesar do autor do texto original ser provàvelmente gnóstico e, em qualquer caso, possuir já a obra um marcado pendor para a gnosticismo, não há dúvida de que o Ps. Ev., com a sua entrada em Chenoboskion, sofreu uma revisão nas mãos dos gnósticos.

5.º — A possibilidade de o autor ter inventado «logia» ou mutilado textos canónicos não pode afirmar-se senão como mero parecer.

6.º — O valor textual das frases de tipo sinóptico deve ser pequeno: contudo é de esperar que um estudo desenvolvido nos permita formar ideias mais claras e precisas sobre o assunto.

O Ps. Evangelho de Tomé, pois, sendo embora um excelente exemplar da literatura apócrifa Judaico-Cristã e possuindo sentenças com certo foro de genuinidade não pode, de modo algum, abalar a nossa fé na segurança, autenticidade e valor histórico dos Santos Evangelhos, mas deverá antes servir, na medida prudente e proporcionada ao seu valor, para os realçar e confirmar.

J. CALHEIROS

BIBLIOGRAFIA

Texto — Ja Docesse «Évangile selon Thomas» ou Les Paroles Sécrètes de Jésus (Paris 1959) Guillaumont, Quispel etc. «The Gospel according to Thomas» texto copta e tradução inglesa.

Comentários — G. W. Mac Rae «The Gospel of Thomas — logia Jesu?» in C.B.Q., Vol. 22, Jan. 1960.

J. Bauer «De agraphis Genuinis Evangelii sec. Thomas coptici»— in Verbum Domini Vol. 37, Fasc. 3 — 1959, págs. 129 e 146.

Quispel — «The Gospel of Thomas and the New Testament» in Vig. Chr. 11 (1957) pág. 189-207.

— «Some Remarks on The Gospel of Thomas» in New Test. St., Vol. 5, Julho 59, pág. 276-290.

G. de Rosa — «Un quinto vangelo? Il «Vangelo secondo Tommaso» in La Civiltà Catt. ano III, Vol. 1.º, 5 de Março 60, Cad. 2.633, págs. 496-512.

Guillaumont — «Sémitismes dans les logia de Jésus retrouvés a Nag-Hammadi» in Journal Asiatique 246 (1958) pág. 113-123.

Grant — «Notes on the Gospel of Thomas» in Vig. Ch. 13 de Março (1959) 170-180 pág.

— «Two Gnostic Gospels» in Journal of Bib. Lit. de Março de 60, págs. 1-11.

J. Daniélou — «Un recuil inédit de Paroles de Jesus?» in Études, Vol. 302, Jul.-Ag. de 59, págs. 38 a 44.

J. Colins «A fifth Gospel?» in América, 23/5/59, págs. 365-367.

PANORAMA

UMA VOZ SE ELEVA NA TORMENTA...

N. da R. — Os acontecimentos do Congo estão ainda, infelizmente, demasiado na ordem do dia, para que deles nos possamos esquecer. Todavia, do meio do cáos, sobressaem pontos de luz que nos enchem de uma alegria muito profunda: tal é, por exemplo, o apelo dirigido por um Prelado Congolês, Mons. Malula, bispo auxiliar de Leopoldville, ao escol da jovem república do Congo ex-Belga, no auge das recentes perturbações. O documento, revela uma atitude tão serena, tão lúcida, tão cristã perante os acontecimentos, que cremos prestar um serviço aos nossos leitores, ao facilitar-lhes a sua leitura e meditação. Neste sentido lhes oferecemos gostosamente, a tradução integral do citado apelo (1).

«A verdade não é negra nem branca, pois ultrapassa e domina os indivíduos, o tempo e o espaço. *É independente daqueles que a atacam, como daqueles que a defendem.* Todos nós temos direitos a ela, já que ela é a vida do nosso espírito. A verdade livra-nos da escravidão, do erro e da mentira. Os que têm a missão de conduzir os povos, jamais, têm o direito de os tornar escravos do erro e da mentira dando-lhes informações deliberadamanete contrárias à realidade e à verdade.

É evidente que toda a obra humana é imperfeita; e sendo assim, *não constituirá uma estranha miopia o pretender, por exemplo, à custa de porfiados esforços, apresentar a acção colonial* em bloco, como não sendo mais que uma «abominação da desolação», uma exploração desavergonhada e um escravizamento do homem pelo homem? Esta visão unilateral da realidade pôde certamente fazer bom serviço num período de campanha eleitoral... Mas será caso de insistir nela, após a obtenção da independência? Não. O povo quer ser informado, não deformado. *Apenas as informações objectivas e desinteressadas, podem testemunhar a vontade sincera de servir o povo.* Este amor da verdade e este culto da objectividade, levam-me a dirigir-me mais uma vez a vós, meus Irmãos.

As festas da independência foram celebradas, em delirante entusiasmo. Este acontecimento histórico tinha feito nascer em nossos corações esperanças vertiginosas, e exaltantes perspectivas.

Exaltação de um país que passa do regime de tutela ao da autodetermi-

---

(1) Para esta tradução serviu-nos de base o texto publicado em suplemento, pela revista «Vivante Afrique» N.º 209, Julho-Agosto 1960.

nação, exaltação de um povo que toma nas mãos o seu próprio destino; exaltação de um país que toma assento no meio das nações livres.

A Igreja Católica igualmente se alegrou com a independência do Congo. Como não se houvera ela de alegrar, se foi ela quem esteve na origem da prodigiosa emancipação dos povos negro-africanos, e dos Congoleses de um modo muito especial? Tendo-os despertado para a consciência da sua personalidade, da sua dignidade de homens e de filhos de Deus, ela vê hoje o pleno desabrochar da sua obra; ela contempla com alegria estes povos tornados adultos e decididos a exercer as prerrogativas fundamentais da dignidade humana. A Igreja católica pode dizer com legítima altivez: «Eu dei ao Congo, não apenas ministros de Deus, mas também ministros da nação e chefes de Estado».

Esta imensa alegria sentida por ocasião do nosso acesso à independência, não durou infelizmente mais que um dia. No dia seguinte, estávamos nós mergulhados na angústia, na desordem, no cáos. Porquê? *Porque em lugar do amor, houve quem suscitasse o ódio; e em vez do perdão houve quem provocasse a vingança.*

Todos os que amam sinceramente este país e lhe consagraram o melhor de si mesmos, não quereriam ver enfraquecer o impulso espiritual dado às dioceses do Congo, nem ver diminuir os frutos de 80 anos de esforços e sacrifícios, livre e generosamente aceites pela evolução material, moral e espiritual deste país.

«A vós Missionários, Religiosos e Religiosas»

A jovem Igreja do Congo atravessa horas duras. Permitindo que passemos pelo crisol do sofrimento, a Providência divina proporciona-nos a insígne graça de «completar na nosas carne o que falta à Paixão de Cristo» (I Col.), a fim de que esta Igreja Congolesa que vós fundastes à custa de tantos sacrifícios, seja ainda mais bela aos olhos de Deus.

Hoje, sentimo-nos humilhados; à volta de nós, apalpamos a desconfiança, a hostilidade, a raiva. Aceitamos, todavia, estas humilhações e bom grado, a exemplo do nosso Divino Mestre, para atrair as graças de Deus sobre o nosso apostolado.

Quanto a vós permanecereis neste país para ensinar aos nossos irmãos a verdade que liberta, a fé que salva, o amor que unifica.

Ficareis, porque dentro de dois meses nossos pais vos confiarão mais de um milhão de crianças para que as eduqueis. Ficareis para assistirdes às nossas mães a dar à luz os novos cidadãos deste país. Todo este trabalho, vós o fareis com a caridade e desinteresse de sempre. Eu sei que, seguindo o exemplo de Cristo, já perdoaste àqueles que vos vaiaram, vos insultaram e vos achincalharam. Por isso, continuareis a trabalhar, sem rancor, sem azedume, mas com uma caridade sincera. As dificuldades não faltarão, mas lembrai-vos das promessas de Cristo: — os poderes do Inferno jamais prevalecerão contra a Igreja. Fortes destas promessas, nós defenderemos a nossa fé e trabalharemos pela sua expansão. Desde a sua inserção na história da humanidade a Igreja católica sempre prosperou no meio das dificuldades. No Congo independente *a Igreja não ambiciona nenhum privilégio especial: a sua única ambição é continuar,*

como no passado, a sua obra de salvação, de caridade e de paz. Aos que vivem na ignorância do paganismo, ela quer levar a verdade que liberta e a fé que salva; aos que estão minados pelo ódio e pela angústia ela quer dar o amor e a alegria. A todos os homens deste país, ela quer anunciar a boa nova da salvação: «Deus é Pai, vós sois irmãos, unidos em uma mesma família que não contará senão filhos de Deus e irmãos em Jesus Cristo».

Aos que exercem funções sociais e públicas

A Igreja quer também uma colaboração construtiva, com as autoridades civis desta terra. Que me seja permitido dirigir-vos uma palavra, a vós os que constituis o escol do Congo. O nosso país está ameaçado pela propaganda do materialismo ateu. Repito-vos hoje o que já vos disse em 1958 no Congresso internacional do humanismo cristão em Bruxelas: «O Negro bantu, debatendo-se no seu mundo de espíritos invisíveis, tem em si o sentido inato de Deus, e a atitude que convem a toda a criatura, a saber: o reconhecimento da sua dependência em relação ao Ser Supremo. *Este sentido de Deus é um dos valores africanos de que nos orgulhamos e de que somos ciosos, um destes valores que o Ocidente poderia aproveitar, já que parece tê-lo perdido no meio dos empreendimentos da sua hipercivilização e da sua cultura.* O Negro bantu tem o direito de esperar dos seus governantes, um programa que respeite as suas tendências religiosas; ele rejeita como um veneno mortal toda a ideologia que se oponha às suas aspirações profundamente religiosas. Ninguém no mundo tem o direito de matar na alma bantu, os sentimentos religiosos que o Criador nela depositou».

O Congo entrou no concerto das nações livres: aí ele deverá afirmar a sua personalidade e originalidade próprias. É principalmente sobre vós, escol congolês, que impende a honra e a obrigação de defender e promover esta originalidade nas diferentes formas da actividade humana: no económico, no social, no cultural, no religioso.

Muito antes da chegada dos Brancos, guardavam já os nossos pais, sob aparências porventura grosseiras, os nobres sentimentos de uma alma profundamente religiosa. *A religião não é algo de importado neste país. O laicismo, esse resíduo da civilização ocidental, esse sim foi importado para o Congo* pelos inimigos de Deus e de modo algum ele é de natureza a enobrecer-nos. Será preciso introduzir no nosso Congo, esse subproduto da civilização Ocidental, que em certos países da Europa esteve ainda há pouco tempo na base de vãs e estéreis lutas escolares? Não. Para os verdadeiros nacionalistas congoleses, para todos aqueles que amam sinceramente este país, o laicismo é um atentado contra a vida religiosa do povo bantu, cuja vida privada, familiar e pública está inteiramente impregnada de sentido religioso.

Faço, portanto um apelo solene a todos os que se orgulham e são ciosos das suas riquezas tradicionais para que recusem o materialismo ateu como a pior das escravaturas e como sendo diametralmente oposto a todas as tendências religiosas da alma bantu.

Ao serviço do bem comum da Nação

A independência política adquirida, não é um fim em si; nem tão pouco o é, a independência económica a conquistar. Uma e outra devem servir o total desenvolvimento da pessoa humana, no respeito da liberdade de todos. Aceitando as responsabilidades públicas, os chefes políticos comprometeram-se a servir o país e a promover o bem comum de todo o povo. Existe a tentação de olhar as funções públicas como uma porta aberta às carreiras brilhantes, às honras e às vantagens materiais. Como escol deste país, vede antes nelas um serviço a prestar ao vosso povo: tornar melhor a sua sorte. Mas o povo não vos pede apenas o pão do corpo, muito ao contrário ele reclama também o da alma: a verdade e o amor. Assim respeitareis o desejo de absoluto que nele existe.

É por isso, que para o nosso Congo independente, nós pedimos sem dúvida técnicos, mas não nos esquecemos dos obreiros do Evangelho, mensageiros da paz, testemunhas da caridade: missionários, religiosos e religiosas, apóstolos leigos. Deus permita que o nosso apelo seja escutado. No Congo independente a divisa já não poder ser: «Dominar para servir» mas «Amar para servir».

J. MALULA,
Bispo Auxiliar de Leopoldville

VI ENCONTRO DE CINEMA

Dizer-se que a Igreja é Católica significa, não só que ela tem por missão salvar todos os homens, mas também que deve assumir e sobrenaturalizar todos os valores humanos. Por mais diferentes que sejam as manifestações da cultura ou as formas da civilização, há sempre uma maneira de as viver cristãmente.

Foi neste espírito que se reuniu pela sexta vez, no passado mês de Agosto, o Encontro Católico de Estudos Cinematográficos. Lá se juntaram representantes de Cine-Clubes e seminaristas de todo o país, assim como um numeroso grupo de educadores, sobretudo religiosos das mais variadas congregações (Jesuitas, Dominicanos, Maristas, etc., etc.) — num autêntico ambiente de fraternidade e com um sentido evidente de serviço da Igreja, todos se reuniram em Fátima, para debater problemas e assentar em directivas comuns, neste campo tão vasto como difícil da actividade no mundo do cinema.

Num trabalho como este fàcilmente se descobre a necessidade imperiosa de fugir a dois extremos igualmente prejudiciais: o intelectualismo e o pragmatismo; por outras palavras, não nos podemos contentar com teorias inaplicáveis, nem havemos de prescindir de princípios sólidos que fundamentem e estruturem a acção. Foi por isso que houve no Encontro de Fátima a preocupação constante de juntar a solidez da doutrina com as verificações concretas e as conclusões práticas.

O tema escolhido para este ano era particularmente importante e, de facto, muito oportuno, uma vez que constantemente se levantam dificuldades a seu respeito, quer no campo dos princípios, quer na vida de cada dia — CINEMA

E MORAL. O assunto foi tratado em três estudos sucessivos, dos quais vamos tentar resumir os aspectos principais.

★

Evidentemente que um problema como este das relações entre o Cinema e a Moral, nunca pode ser esclarecido sem uma firme base filosófica e teológica em que se assentem ideias a respeito das relações entre a Arte e a Moral. Por aí se começou. A primeira coisa a ter-se em conta quanto a isto é que não interessa que nos situemos, para reflectir sobre esta questão, numa perspectiva meramente natural, mas, ao contrário, é indispensável que a luz da fé ilumine os nossos critérios, e nos faça ver as coisas do ponto de vista de Deus. Por outro lado, acentuou-se a necessidade de se desfazerem preconceitos a respeito da Moral, que, longe de ser um frio código de normas, deve ser considerada por nós como o apelo pessoal que Deus nos faz em Cristo e como a lei do amor impressa nos nossos corações.

Entrando pròpriamente no assunto, quem dirigia o trabalho apontou os sentidos em que se pode dizer que a Arte é independente da moral: o artista é livre em primeiro lugar, quanto à escolha dos processos técnicos e dos meios de expressão; além disso, ao fazer obra de arte, ele deve pretender directamente realizar a beleza e neste sentido ele é também independente da Moral, ou seja, não deve moralizar, nem anti-moralizar, pois a arte é essencialmente gratuita. No entanto, acrescente-se já, se é verdade que nestes aspectos o artista pode reivindicar uma independência em relação à norma da moralidade, também é verdade que, de facto, a arte é sempre acção de um homem, que se destina a ser contemplada por homens, e isto dá-lhe imediatamente uma dimensão moral — importa que a realização ou a contemplação duma determinada obra não desvie o homem do seu fim último. Há-de por isso relacionar-se a moral com a *intenção do artista,* com o *tema* tratado e com o próprio *espectador.* Valeria a pena desenvolver aqui cada um destes três aspectos em particular; o pouco espaço de que dispomos obriga-nos a concentrarmos a nossa atenção sobre dois problemas que nos pareceram mais importantes. O primeiro deles diz respeito à representação do mal na obra de arte — acaso se poderá afirmar que é imoral toda a obra que tenha por tema alguns aspectos de maldade?

A melhor resposta é a palavra de Maritain: «Quanto à liberdade do artista em face dos assuntos que representa, parece que o problema é normalmente mal posto, porque se esquece que o assunto não é senão a matéria da obra de arte. A questão essencial não é saber se um romancista pode ou não pintar tal ou tal aspecto do mal. A questão essencial é saber *a que altura* ele se coloca para fazer esta pintura, e se a sua arte e o seu coração são suficientemente puros e suficientemente fortes, para o fazer sem conivência». Na verdade, é condenável que alguém represente o mal pelo mal — mas o que é perfeitamente admissível é que um artista olhe para a vida e para o mundo e transfigure, ou seja, exprima artìsticamente, o mal que aí encontra, vendo-o do ponto de vista de Deus (nunca nos podemos esquecer que a arte é sublimação do real).

O segundo problema pode enunciar-se assim: acaso se poderá classificar de imoral uma obra de arte só pelo facto de ela fazer mal a quem a contempla? Se isto fosse verdade, teríamos de concluir que até na Sagrada Escritura havia passagens imorais!... De facto, devemos introduzir aqui uma distinção fundamental: imoralidade não é a mesma coisa que inoportunidade — se a leitura dum romance ou a visita a um museu, é nociva para alguém, a solução não está sempre em queimarmos o livro ou fecharmos o museu, mas em preparar essa pessoa no sentido de saber aproveitar positivamente das obras de arte. Numa palavra, há coisas que fazem mal a muita gente, mas nem por isso se podem considerar imorais — o que são é inoportunas para alguns.

Depois de se terem visto estes princípios mais teóricos, reflectiu-se em conjunto sobre o facto de os meios de expressão tenderem normalmente para a arte e sobre a semelhança que há entre a contemplação artística e a contemplação sobrenatural.

★

Este primeiro estudo exigia necessàriamente um prolongamento em ordem ao caso do cinema — as relações do cinema com a Moral foram, pois, o tema do segundo dia.

Cada filme surge-nos como um mundo que é criado expressamente para nós — a vida desse mundo absorve-nos, ficamos fascinados pela luz que do écran irradia, sentimo-nos a viver ao lado dos personagens, todo o ambiente explora o nosso gosto e a nossa sensibilidade. Só por isto já se vê as repercussões enormes que o cinema pode ter na vida moral de cada um, pois que, à maneira do sonho, nos transporta para um ideal e cativante universo, bem diferente daquele em que realmente vivemos. O espectador cinematográfico está assim sujeito a inúmeras influências, e se não tem maturidade de espírito, nem formação de consciência, fàcilmente se despersonaliza, começa a pensar segundo o que ouve dizer nos filmes e adopta para si mesmo moldes de vida que o cinema lhe mostra. Muito haveria a acrescentar aqui, a respeito deste poder influenciador que tem o espectáculo cinematográfico, sobretudo quando à sua semelhança com o sonho, quanto ao seu caracter absorvente e envolvente etc. Temos, porém, de nos limitar a breve resumo.

É claro que não podemos esquecer os aspectos positivos — havemos de fugir à tentação de só considerarmos no cinema o instrumento de Satanás. De facto o cinema, como arte que é, pode ter uma influência imensamente benéfica e ser um verdadeiro instrumento da graça. Pio XII expressamente o ensinou quando disse: «Um dos caracteres essenciais da arte consiste numa certa afinidade intrínseca da arte com a religião, que faz com que os artistas sejam de alguma maneira os intérpretes das perfeições infinitas de Deus, e particularmente da sua bondade e da sua harmonia. A função de toda a arte é, com efeito, quebrar o círculo estreito e angustiante do finito, no qual o homem está fechado enquanto vive na terra, e abrir como uma janela ao seu espírito aspirando ao infinito».

★

Simplesmente, o cinema não se limita a levantar problemas de ordem individual, uma vez que a sua influência se exerce em escala social. Por isso foi necessário completar as perspectivas já dadas com um estudo sobre a Sociologia do Cinema.

Analisou-se cuidadosamente o papel do cinema na formação dos comportamentos sociais, a sua influência na vida da sociedade, as características diferentes desta influência conforme as diversas situações, problemas tais como o cinema e a família, o cinema e a escola, finalmente a questão sempre oportuna das classificações morais e da sua função social (porque razões tantas vezes não são respeitadas, necessidade da formação cristã neste campo, etc., etc.).

★

A única maneira de conhecer o cinema, é ver cinema. Nos Encontros de Fátima o estudo de filmes é sempre alguma coisa de indispensável — por isso, se as manhãs foram dedicadas às questões teóricas e doutrinais, as tardes foram totalmente preenchidas com a projecção de curtas metragens. Estes filmes não vinham só para desanuviar o ambiente — eram verdadeiro material de trabalho: cada um só era visto depois duma introdução breve, cuja principal vantagem era criar um clima que favorecesse a contemplação; seguia-se um debate em que se procurava que o diálogo fosse enriquecer as experiências pessoais, em que se reflectia sobre as impressões, por vezes tão diferentes, de quem tinha assistido. Todos se ajudavam mùtuamente a formar o gosto artístico, a criar hábitos de crítica objectiva e a pôr em comum ideias básicas sobre arte em geral e sobre cinema em particular.

★

Mas não fiquemos a pensar que o Encontro se resume numa série de estudos e numa meia dúzia de filmes — para além disso havia o contacto de pessoa a pessoa, a verdadeira amizade, o sentido de que se estava a trabalhar em Igreja, numa palavra, era um verdadeiro Encontro. Foi por tudo isto que o trabalho teve uma fecundidade muito especial, devida, certamente, em grande parte, à presença de Nossa Senhora, que nos acolheu na sua própria casa.

L. M.

BIBLIOGRAFIA

AUX SOURCES BIBLIQUES DE L'EXISTENCE ET DE LA VIE (1)

(Colecção «Sacerdoce et laïcat»)

de Paul Barrau

No meio dos conflitos em que se debate, face aos formidáveis poderes que desencadeou, o homem de hoje, interroga-se, muitas vezes na angústia, sobre o sentido da sua existência. Quanto mais a vida lhe parece frágil, dir-se-ia que tanto mais tem gosto nela. As almas religiosas interrogam-se também sobre o que significa esse «reduzir-se ao essencial» que lhe é aconselhado. Acaso a vida cristã não consistirá antes de mais em existir e em viver com Cristo e com Deus, fonte única e eterna, de todo o ser e de toda a vida?

É esta em suma a pergunta que o A. fez à Bíblia. Esta não pode ser reservada para os especialistas. Qualquer cristão esclarecido, padre ou leigo, deve poder encontrar lá o seu alimento, porque se dirige a todos.

Seguindo, por um lado, a história do povo eleito e, por outro lado, a ordem de redacção dos diversos livros da Bíblia, o A., apoiando-se em textos particularmente expressivos, pôs a claro a experiência religiosa do homem da Bíblia, sobre este problema central da existência e da vida. Acaso os velhos Hebreus, de espírito eminentemente concreto e «existencial», não tinham *a religião* da vida?

Assim, a partir destes dois temas que se retomam e se completam sem cessar, a obra apresenta-se como uma introdução viva e original à leitura da Bíblia.

Jean CANTINAT c. m. — LA PEDAGOGIE DE DIEU DANS LA BIBLE (um volume 14 × 19 — 105 pgs.)

Esta pequena obra da colecção «Sacerdoce et Laïcat» — Les Éditions Ouvrières, Paris —, poderá prestar grandes serviços e será decerto acolhida com alegria por todos os que querem alimentar-se da Palavra de Deus.

O autor mostra muito concretamente os «processos» utilizados por Deus para se revelar ao homem. Consagra sucessivamente quatro capítulos à pedagogia do testemunho (o ensino da Revelação é feito por testemunhas e não de modo directo), à pedagogia sensorial (apresentação concreta do pensamento), à pedago-

(1) Editions Ouvrières.

gia de estímulo (utilização de promessas e provações), e por fim à pedagogia do contacto (criação do sentimento de presença).

Cada capítulo termina com conclusões práticas para uso do leitor.

Les Editions Ouvrières
12, Av. Soeur Rosalie — Paris (13°)

J. TEMPLIER, M. de CHEVEIGNE, P. Toulat — ESSOR TECHNIQUE ET VIE CHRETIENNE (um volume 14 × 19 de 200 pg., com introdução do Eng.° Agr.° Charles Barbier) — col. «Mon Village» de «Les Editions Ouvrières», — Paris

Dois padres cujo apostolado é sobretudo consagrado ao meio rural e um teólogo respondem aqui a quatro perguntas; a sua resposta fornece o tema ao livro.

— Que fisionomia nova dá ao meio rural a irrupção em massa das técnicas profissionais, domésticas, culturais?

— Em que vem a transformar-se o homem, a comunidade humana, e o acolhimento feito a Deus quando reina como mestre incontestável esse estado de espírito inteligente, dinâmico, eficaz e realizador que é o espírito técnico?

— Poderá este mundo técnico ser consagrado?

— Quais as possibilidades do cristão num tal universo?

É uma obra concreta, prática, à craveira dos homens de acção. Destina-se em primeiro lugar aos homeis de espírito técnico que vivem em meio rural, mas as linhas de reflexão, de consagração ou de orientação dos esforços propostos pelos autores podem perfeitamente convir também aos que trabalham na indústria.

Igualmente os padres poderão ler com proveito esta obra, eles que têm por missão serem ponte entre Deus e os homens deste tempo. Pelo facto de serem pastores na época da técnica encontrarão aqui pontos de referência para um exacto conhecimento das realidades modernas, um encorajamento, uma ajuda para a condução espiritual dos homens de progresso seus paroquianos.

* * *

PATHÉ-BABY, PORTUGAL, LDA.

LISBOA PORTO

A MAIOR ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA
ESPECIALIZADA EM TODOS OS
FORMATOS DE CINEMA REDUZIDO

PROJECTORES
ACESSÓRIOS E SOBRESSELENTES
TELAS (ÉCRANS)
CALDEIRAS
VISIONADORAS

A MAIOR COLECÇÃO DE FILMES,
NOS TRÊS FORMATOS, PARA VENDA
E ALUGUER — LONGA METRAGEM

REALIZAÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS E
REPORTAGENS DE TODOS OS GÉNEROS

PROJECÇÃO DE FILMES
ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS
CONFECÇÃO DE LEGENDAS
REVELAÇÃO DE FILMES
CÓPIAS

CÂMARAS
ACESSÓRIOS E SOBRESSELENTES
FILME VIRGEM
ELEMENTOS DE ILUMINAÇÃO

Fábrica ADICO

DE

ADELINO DIAS COSTA & C.ª L.da

AGÊNCIAS:

- **LISBOA** — Rua Nova do Almada, 61
- **PORTO** — Rua do Carmo, 8
- **COIMBRA** — Avenida Sá da Bandeira, 73

Mobiliário Metálico para todos os fins:

CIRÚRGICO
HOSPITALAR
DOMÉSTICO
DECORATIVO
CAFÉS
ESPLANADAS
EXPORTAÇÃO
(DESMONTÁVEL)

EXPOSIÇÃO PERMANENTE NA FÁBRICA **AVANCA** TEL. 44102, TELEG. ADICO

C. Santos

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero, e Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços. Exclusivos — Secção de cachecóis e lanifícios de cor.

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

Reproduções de quadros célebres do Museu Nacional de Arte Antiga

— 10 modelos —

~

PREÇOS

Cada cento ... ... **12$50**

Em quantidades superiores a mil ... ... **10$00**

Pedidos a

NOVELLAE OLIVARUM

Seminário dos Olivais — Lisboa-6

M. D'OLIVEIRA & MARQUES, L.DA

P. dos Restauradores, 65, 1.º

TELEF. 3 08 76 — L I S B O A

Secção dos Tecidos Pretos R. M.

Tecidos para o Rev.º Clero e seminaristas.

*

Elasticotines — Sarjas — Tropicais
Casemiras — Merinos — Sobretudos

*

Alfaiataria — Capas — Gabardines

*

Condições especiais para Finalistas

Secção de Livraria

Livros estrangeiros — Edições próprias

*

Revistas estrangeiras: Lumen Vitae — Foyer Notre Dame — Famille et College — Ecclesia — Panorama Chrétien, etc.

*

Filmes fixos e de movimento: (Catequese — ensino — divertimento)

*

Máquina de escrever «Antares Micron»

*

Máquinas de Projecção



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista. Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

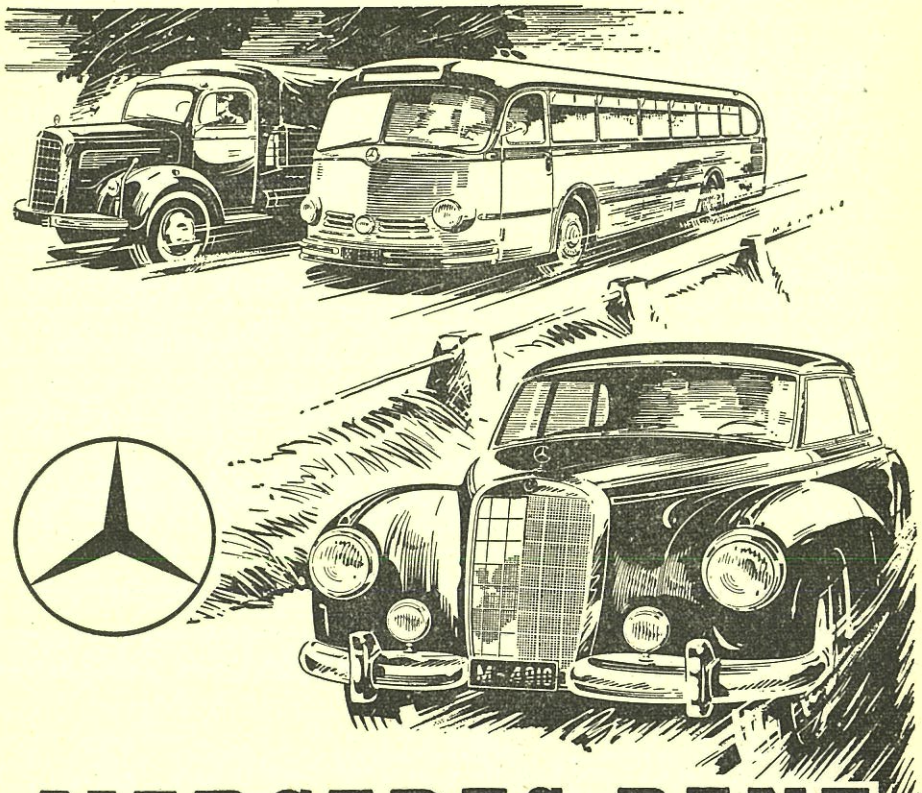
C/optico dip. pela Escola de Optica de Colónia (Alemanha)

CONCESSÕES ESPECIAIS AO EXCELENTÍSSIMO CLERO

HORÓPTICA, LDA

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27—LISBOA



MERCEDES-BENZ

UMA CONSAGRADA MARCA ALEMÃ QUE CONSTITUI UMA GARANTIA DA MAIS ELEVADA QUALIDADE E SUPERIOR EFICIÊNCIA EM TODOS OS GÉNEROS DE TRANSPORTE

AUTOMÓVEIS A GASOLINA E DIESEL
VIATURAS LIGEIRAS COMERCIAIS
CAMIÕES E AUTOCARROS DIESEL

REPRESENTANTE

C. SANTOS L.DA

LISBOA ★ PORTO ★ COIMBRA ★ BRAGA ★ OLHÃO

MARMINDÚSTRIA PORTUGUESA, LD.ª

Oficinas — Pero Pinheiro

Escritório — Rua Barata Salgueiro, 53-2.º
LISBOA

~

MÁRMORES E CANTARIAS

~

Fornecedores das obras de:

Interiores da Igreja de S. João de Deus

Igreja de Moscavide

Colégio das Irmãs de Santa Doroteia
(em construção)

Hotel Ritz de Lisboa

Grande Hotel da Figueira da Foz

Embaixada de Portugal em Londres

Liceu Salazar em Lourenço Marques
etc., etc.

ARTE RELIGIOSA

Objectos para o culto e para uso dos fiéis obedecendo à renovação litúrgica da hora actual.

LIVRARIA

Sempre em depósito as últimas novidades literárias nacionais e estrangeiras.

PARAMENTARIA

Todos os estilos. Materiais de 1.ª qualidade. Confecção esmerada por pessoal competente.

TIPOGRAFIA

Uma secção que se impõe pela sua produção. Os trabalhos executados garantem a perfeição do que produz.

★

UNIÃO GRÁFICA

Rua de Santa Marta, 48 — LISBOA-2

CASA NUN'ÁLVARES

PORTO

Rua de Santa Catarina — 630

Telefone — P. P. { 23586 / 23587

~

ARTIGOS RELIGIOSOS
TIPOGRAFIA
OBJECTOS DE CULTO
LIVRARIA
PARAMENTOS

~

Enviam-se gratuitamente catálogos ilustrados com cerca de 300 desenhos e preços a quem os requisitar.

Círculo do Humanismo Cristão

Um livro de dois em dois meses
12$50 por mês

ENCÍCLICAS

Todas as encíclicas ordenadas cronològicamente

O PENSAMENTO DA IGREJA

Textos de Papas, Bispos e Santos Doutores da Igreja sobre os assuntos que preocupam os homens de hoje

peça as condições de assinatura destas três colecções à

LIVRARIA MORAIS EDITORA

R. da Assunção, 49-51 — LISBOA-2

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º

Ourivesaria ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro

As mais especializadas oficinas para esmerada confecção de todos os objectos do culto católico

Rua das Flores, 119-121 - PORTO — Rua Garrett (Chiado), 50 - LISBOA

FUNDADA EM 1756

«Cenáculo»

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO
Rua das Flores, 69

LISBOA
Praça dos Restauradores, 14



Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

Telef. 5 **J. d'Oliveira Tavares, Filhos** B. Baixa - CARDIGOS

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, ilhas e Províncias Ultramarinas

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

PREMIADA EM 7 EXPOSIÇÕES: 4 ESTRANGEIRAS E 3 NACIONAIS

FUNERÁRIA DE ALMADA

Funerais e Artigos Religiosos

Encarregado: **ORLANDO PARADA**

AVENIDA CRISTO REI, 2 - G ALMADA TELEFONE **071814**

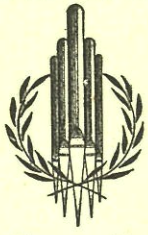
Próximo ao Monumento Chamadas a qualquer hora

Correspondente em Lisboa:

AGÊNCIA LEMOS

RUA S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA, 121 — Próximo à Igreja

TELEFONE, **50620**



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.A, L.DA

Casa fundada em 1832 — A casa mais antiga do País no seu género

LUSTRES, LANTERNAS, PLACAS, CASTIÇAIS, LÂMPADAS, SUSPENSÕES, BANHEIRAS, CALDEIRAS, ESQUENTADORES, FOGÕES DE COZINHA

Instalações sanitárias, Casas de banho, Eléctricas, Pára-raios, Aquecimento, Ascensores Ventilação, Contra incêndios, Telefones. Todos os trabalhos em latão e ferro forjado.

166, RUA DO OURO, 170 **LISBOA** OFICINAS: **RUA S. TIAGO, 19**

Celebrações Litúrgicas

O MISTÉRIO DO SENHOR NO ADVENTO

1 — O ano da graça do Senhor

2 — A Mensagem do Precursor

3 — A cidade de Deus — a Santa Igreja

4 — O desejado das nações — O Messias

UMA SEPARATA DA NOSSA REVISTA

REPRODUÇÕES DE QUADROS CÉLEBRES

do Museu Nacional de Arte Antiga

10 MODELOS

Faça os seus pedidos a

NOVELLÆ OLIVARUM

Seminário dos Olivais — Lisboa - 6

(Um cento — 12$50; em quantidades iguais ou superiores a mil, 10$00 o cento)

NOVEMBRO 1960